

Eleições e
representação no
Rio de Janeiro

Nu Núcleo de
AP Antropologia
da Política

Quinta da Boa Vista s/nº – São Cristóvão
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20940-040
Tel.: (021) 568 9642 Fax: (021) 254 6695
E mail: nuap@ax.apc.org

Publicação realizada com recursos do
Programa de Apoio a Núcleos de Excelência
Ministério da Ciência e Tecnologia

Responsáveis pela Coleção Antropologia da Política

Moacir G. S. Palmeira
Mariza G. S. Peirano
César Barreira
José Sergio Leite Lopes

KARINA KUSCHNIR

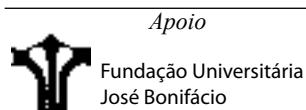
Eleições e representação no Rio de Janeiro

© Copyright 2000, Karina Kuschnir
Direitos cedidos para esta edição à
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.
www.relumedumara.com.br
Travessa Juraci, 37 – Penha Circular
21020-220 – Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 564 6869 Fax: (21) 590 0135
E-mail: relume@relumedumara.com.br

AGRADECIMENTOS

Revisão
Argemiro de Figueiredo

Capa e Editoração
Dilmo Milheiros
Foto: Arquivo CMRJ



CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

K98e Kuschnir, Karina
Eleições e representação no Rio de Janeiro/Karina Kuschnir. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 1999 . – (Coleção Antropologia da política; 8)

Inclui bibliografia
ISBN 85-7316-239-2

1. Vereadores – Rio de Janeiro (RJ). 2. Rio de Janeiro. Câmara Municipal. 3. Eleições – Rio de Janeiro (RJ). 4. Governo representativo e representação – Rio de Janeiro (RJ). I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Núcleo de Antropologia da Política. II. Título. III. Série.

CDD 328.81531
CDU 328.81531

00-1379

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui violação da Lei nº 5.988.

Sem a participação de Gilberto Velho, orientador e amigo, este trabalho jamais teria sido realizado. O capítulo que escrevemos juntos, incluído neste livro, é fruto de uma longa colaboração, da qual muito me orgulho. Como sua orientanda, assistente e colaboradora, no Museu Nacional/UFRJ, tive sempre toda a atenção e generosidade.

Sem o apoio do CNPq esta pesquisa não teria sido possível. Agradeço também a todos os funcionários do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Na Câmara Municipal, o empenho e a gentileza da assessora de imprensa, Cristina do Carmo, foram decisivos para a realização deste trabalho. Aos vereadores, assessores e funcionários da CM, agradeço a atenção e o tempo dispensado.

Sou muito grata a Rogério Schmitt, grande amigo, que colocou à minha disposição os dados sobre as eleições e esteve sempre por perto me ajudando com a ciência política. Meus agradecimentos também ao professor Marcus Figueiredo, por me dar a oportunidade de discutir algumas idéias deste trabalho no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Sou grata também à professora Margarida Neves, do Mestrado em História Social da Cultura, na PUC-RIO, por suas sugestões a partes deste trabalho. A Marieta de Moraes Ferreira e a todos os participantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Rio de Janeiro do CPDOC/FGV, agradeço a generosidade pelos convites e trocas de informações.

A publicação deste livro deve-se à minha inserção como pesquisadora associada ao Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). Agradeço a todos os pesquisadores do Núcleo, com quem discuti diversas versões deste trabalho, e, especialmente, a Mariza Peirano, Marcio Goldman e Moacir Palmeira, que viabilizaram sua edição.

A colaboração e o carinho de Evaldo Ramos e Vera Herrmann foram fundamentais. Aos amigos Juvenal Batella e Maria Claudia Coelho, os meus agradecimentos especiais. Dedico este livro a Celso Castro, e ao nosso pequeno pedaço do paraíso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
Cultura e representação: candidaturas e campanhas	17
CAPÍTULO 2	
Política e mediação cultural: o cotidiano do mandato	33
CAPÍTULO 3	
Trânsito e aliança: a negociação no plenário	51
CAPÍTULO 4	
A “Gaiola de Ouro”: Poder Executivo, mídia e <i>capitalidade</i>	65
CAPÍTULO 5	
Mediação e Metamorfose	81
Com Gilberto Velho	
BIBLIOGRAFIA	91

INTRODUÇÃO

Este livro trata dos vereadores do Rio de Janeiro a partir de sua relação com eleitores, parlamentares, funcionários públicos e jornalistas. Observando essas interações em contexto, tendo como *locus* privilegiado a Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CM), analiso os valores e significados presentes no cotidiano desses personagens. A pesquisa insere-se no campo da *antropologia da política*, buscando, através da abordagem etnográfica, analisar as práticas políticas segundo as concepções e pontos de vista dos atores do universo investigado.¹

Na maior parte do tempo, os vereadores ocupam-se em mediar alianças, seja através do contato direto com a população de eleitores e o Poder Executivo da cidade, seja indiretamente, através da negociação interna ao seu grupo de pares. Existe um certo padrão de acontecimentos cotidianos ligados ao exercício da vereança diretamente relacionado a essas interações. Além de intermediários políticos, muitos vereadores são também *mediadores culturais* entre o mundo dos eleitores, do Poder Executivo e do Legislativo. Atuam como intérpretes desses domínios, participando e estabelecendo vínculos entre seus múltiplos planos de cultura.

Através do foco nos vereadores, procuro mostrar uma rede de relações mais ampla que movimenta a política local da cidade do Rio de Janeiro. Em campanha por reeleição ou durante o exercício do mandato, o vereador participa das relações entre o poder institucionalizado, oficial, e a população. Atendendo e negociando com eleitores, o vereador é um agente de soluções para essas pessoas. Como o *political middleman*, proposto por Friedrich (1968), ou o *broker*, nos termos de Landé (1977), o papel social dos vereadores está, em muitos casos, diretamente vinculado à sua capacidade de mediar trocas entre diferentes níveis da sociedade que são também diferentes níveis de cultura, com códigos e valores distintos. Dentro do Legislativo, cada vereador é ele próprio um representante dessas diferenças.

Manter e alimentar a relação com o Poder Executivo é o que, muitas vezes, garante prestígio ao papel de agente da mediação do vereador junto aos eleitores.

Os termos dessa relação freqüentemente evidenciam o desequilíbrio entre os Poderes, reforçando a imagem negativa do Legislativo na mídia e, através dessa, junto ao público em geral.

Embora as diferenças entre os parlamentares possam superar os pontos em comum, a busca por uma valorização do seu papel motiva alianças e acordos para promover o prestígio da Câmara Municipal, revelando a existência de uma *cultura institucional*. Este livro é uma descrição dessa cultura do ponto de vista dos vereadores. A valorização da proximidade com o eleitor é um de seus códigos básicos, implicando uma atuação parlamentar voltada para a atividade mediadora em diversos níveis – no plano material, o vereador presta serviços e troca bens de todos os tipos; no plano cultural, pode atuar no sentido de interpretar e traduzir diferentes visões de mundo e percepções da realidade.

A inspiração para associar política e cultura vem da noção de Geertz de que toda política é ação simbólica (Geertz, 1980). A política é vista aqui não apenas como o lugar dos partidos, poderes e instituições, mas também como uma das principais arenas onde a cultura – as redes de significado, nas palavras do autor – se atualiza publicamente. Nessa perspectiva, os processos políticos devem ser pensados como fenômenos “mais amplos e profundos do que as instituições formais destinadas a regulamentá-los” (Geertz, 1989:211). Nesse caso, busco as regras e valores que dão sentido à experiência política dos vereadores, assim como sua *visão de mundo* e *estilo de vida*.²

A noção de *mediação cultural* está associada também à fragmentação das percepções e experiências na vida urbana. Realizar uma pesquisa em uma metrópole como o Rio de Janeiro significa lidar com um universo social complexo e heterogêneo. Com a expansão dos círculos sociais, característica do meio urbano, o indivíduo ganha espaço para uma mobilidade, real e simbólica, para além de um único grupo de pertencimento (Simmel, 1939). Na metrópole, afrouxam-se os laços do indivíduo com os que lhe estão mais próximos, permitindo a criação de vínculos com círculos sociais mais amplos e diferenciados (Simmel, 1987).

Uma das características da metrópole é a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo – ou múltiplos planos de realidade –, que garantem ao indivíduo ao mesmo tempo o acesso e recorte desses domínios (Velho, 1992). Dessa forma, o indivíduo urbano tem diante de si um campo de possibilidades que, embora circunscrito histórica e culturalmente, lhe permite transitar por diferentes *províncias de significado* da realidade social (Velho, 1981:27). Estas não são externas ao indivíduo, mas constitutivas de sua identidade. A idéia de um *potencial de metamorfose* latente nos indivíduos permite compreender que eles estejam “sen-

do permanentemente reconstruídos” através da sua capacidade de acionar certos códigos, “associados a contextos e domínios específicos – portanto, a universos simbólicos diferenciados” (Velho, 1992:43).

É esta fragmentação e heterogeneidade da vida social urbana que permite a movimentação dos vereadores através de suas interações e mediações entre a população e os diversos personagens atuantes no mundo da política. Segundo os valores básicos desse universo, o êxito no exercício do mandato está relacionado à capacidade do vereador de manter essas relações alinhavadas e alimentadas cotidianamente. Nem todos o fazem da mesma maneira. O que confere heterogeneidade ao grupo é justamente o fato de que, internamente, existem diferentes estratégias para que esses eixos de relações se mantenham atualizados.

*

A atual Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CM) foi criada em fevereiro de 1977, em conseqüência da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, ocorrida em 1975. Desde então, o Rio passou a ser a capital do novo Estado do Rio de Janeiro, e a Câmara, a exercer as funções de Poder Legislativo da cidade. Sua sede atual é o Palácio Pedro Ernesto, situado na Cinelândia, centro do Rio, onde até 1975 funcionava a Assembléia Legislativa do antigo Estado da Guanabara. Além desse prédio principal, há um edifício anexo, onde se localiza a maior parte dos gabinetes dos vereadores.

Por ter mais de cinco milhões de habitantes, a cidade do Rio de Janeiro tem, desde 1989, um parlamento municipal com 42 cadeiras. Os vereadores são eleitos para um mandato de quatro anos, e suas principais atribuições são fazer as leis municipais e fiscalizar o Poder Executivo da cidade. Duas leis – a Lei Orgânica e o Plano Diretor – se destacam dentre as outras, porque estabelecem as diretrizes do governo municipal e o plano de desenvolvimento da cidade.

Qualquer cidadão maior de dezoito anos pode se candidatar ao cargo de vereador, desde que tenha filiação partidária e esteja em poder de seus direitos políticos (para os homens, isso significa principalmente ter o certificado de alistamento militar). Uma vez eleitos, os vereadores são responsáveis pela feitura de todas as leis de âmbito municipal que, uma vez aprovadas em plenário, vão à sanção do prefeito. Isso inclui legislar sobre todo o sistema tributário; elaborar anualmente o orçamento da cidade; organizar a Procuradoria Geral, a Procuradoria Especial e o Tribunal de Contas; criar ou extinguir cargos e secretarias da administração pública; tombar imóveis e criar áreas de proteção ambiental, entre outros assuntos.

No que diz respeito ao funcionamento interno da Câmara, são os vereadores que decidem, por maioria, a composição da Mesa Diretora e das dez Comissões Permanentes que, a cada dois anos, estarão à frente dos trabalhos da CM. Além disso, o plenário é soberano para cassar mandatos, determinar salários do prefeito e do vice-prefeito, questionar atos do Poder Executivo, pedir intervenção estadual no município, conceder títulos honoríficos e convocar plebiscitos. Todos os vereadores têm, ainda, poderes para requerer informações de qualquer tipo a respeito da administração da Prefeitura – seja do próprio prefeito, seja de seus secretários e subordinados –, a fim de fiscalizar a sua atuação. Em média, o número de vereadores que participa das votações em plenário é de aproximadamente 33 parlamentares. Segundo a assessoria legislativa da Câmara, a cada ano, circulam nos corredores da CM cerca de 1.500 projetos de lei.

*

A pesquisa que deu origem a este livro pode ser dividida em duas fases. A primeira vai de 1992 ao final de 1993, quando realizei a maior parte do trabalho de campo na Câmara. Na segunda, entre 1994 e 1998, focalizei dois grupos de políticos cariocas, observando suas formas de participação na CM e na Assembléia Legislativa do Rio, a estrutura de seus mandatos, as formas de relacionamento com eleitores, assessores e localidades, assim como suas histórias-de-vida e trajetórias no parlamento.³

Durante a primeira fase, acompanhei de perto as eleições municipais de 1992 para prefeito, vice-prefeito e vereadores. Assim, além da campanha, tive a oportunidade de observar a transição entre a terceira e a quarta legislaturas da Câmara Municipal, as cerimônias de diplomação, posse e todas as demais etapas de instalação de uma nova legislatura.

Desde março de 1992, comecei a assistir às sessões no plenário e a manter contatos com vereadores. O trabalho de observação foi intensificado no ano seguinte, quando passei a freqüentar a CM diariamente, por dois meses. A pesquisa também incluiu a utilização de material impresso, como o Regimento Interno da CM, os Diários da Câmara Municipal (DCM/RJ), reportagens da mídia e boletins eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), entre outros.

Minha inserção no campo foi facilitada por minha formação de jornalista, embora à época da pesquisa eu não exercesse mais a profissão. Isso permitiu acompanhar os acontecimentos do plenário na Tribuna de Imprensa, onde pude conversar diretamente com os parlamentares. Mantive contato, pelo menos infor-

malmente, com todos os 42 vereadores, além de muitos assessores, funcionários da CM e populares em geral que a freqüentaram nesse período. Fiz dezoito entrevistas gravadas com vereadores (com duração entre quarenta minutos e três horas), quatro com assessores e uma com um alto funcionário da CM. Utilizei também o material dos primeiros 25 números do DCM/RJ da quarta legislatura, acompanhando assim os acontecimentos do plenário mesmo nos dias em que fazia entrevistas.

A escolha dos entrevistados procurou respeitar a proporção do tamanho da bancada dos partidos, tentando também manter equilibrado o número de entrevistas com integrantes das duas principais tendências que se enfrentavam nas votações do plenário. Entrevistei vereadores que ocupavam posições hierarquicamente importantes, como o presidente da CM, o 1º Secretário e os presidentes de algumas Comissões Permanentes, assim como líderes dos partidos com maior representação.

O uso de diversas fontes foi fundamental. Muitas vezes, precisei confrontar informações contraditórias e lidar com diferentes versões sobre determinado acontecimento ou tema. Alguns exemplos são ilustrativos. Certa vez, durante uma entrevista, um vereador me explicou que nunca recebia pedidos relacionados a bens materiais. Minutos depois, ficou constrangido ao ser abordado por um rapaz que pedia tijolos e cimento na minha presença. Em outra ocasião, um vereador vangloriou-se de ter uma votação bem distribuída por toda a cidade. De posse dos boletins do TRE, pude constatar que a grande maioria de seus votos concentrava-se em apenas duas zonas eleitorais.

Um terceiro e último exemplo diz respeito ao relacionamento entre parlamentares. Valendo-me dos registros precisos das sessões no DCM/RJ e da minha própria observação do plenário, pude acompanhar muitas disputas e conflitos entre os parlamentares. Certa vez, um vereador afirmou que seu relacionamento com os colegas era excelente, sem exceções, explicando longamente a importância do diálogo e do entendimento. Ao lembrá-lo de uma discussão bastante violenta a que eu havia assistido no dia anterior, a conversa mudou completamente de tom: “O fulano é um mentiroso, um [isso], um [aquilo]...” Havia uma grande disputa em curso, e esse “fulano” fazia parte de um grupo que sempre o acusava injustamente!

Esses três episódios, selecionados dentre muitos outros exemplos, mostram a importância da diversidade de fontes. No entanto, a observação direta do cotidiano dos vereadores foi sempre a fonte mais rica e, por si própria, capaz de fornecer múltiplos pontos de vista sobre uma mesma questão. A perspectiva antropológica assegurou um tipo de informação mais complexo do que em geral fornecem os trabalhos que se utilizam apenas, ou preferencialmente, de diários oficiais, ou de anais da Câmara. Estes registram apenas as palavras de cerca de 30% do total de

vereadores, aqueles que participam dos debates e da tribuna. Apesar de extremamente valioso, o uso exclusivo desse tipo de fonte, assim como de matérias de jornal (pelo mesmo motivo), restringe muito a visão sobre o grupo como um todo.

Com frequência, durante o trabalho de campo, tive dificuldade de obter informações. Os vereadores estão acostumados a controlar sua própria fala, mantendo sempre uma atitude estratégica, voltada para a conquista de alianças e votos. Como em todo universo social, aqui a informação também é alvo de manipulações, distorções e disputas permanentes. Muitas vezes, precisei primeiro demonstrar para meu interlocutor que eu estava a par de certos acontecimentos ou que alguém já tinha falado sobre determinado assunto. Em quase todas as entrevistas, foi preciso desligar o gravador para obter algumas respostas.

Como em muitas pesquisas de campo, no início também não foi simples para os “informantes” estabelecer que tipo de informações dar a uma “pesquisadora”. Com frequência, ocupei o lugar de uma jornalista – figura sempre presente no cotidiano dos parlamentares, com quem se conversa com uma certa liberdade, desde que gravadores e câmeras estejam desligados. Entretanto, por não estar trabalhando em nenhum veículo de imprensa, a proposta de entrevista em geral não despertava muito interesse para a maioria dos vereadores. Apesar de uma carta de apresentação do Museu Nacional, que me identificava como aluna de pós-graduação, a tentativa de ir diretamente aos gabinetes não se revelou muito frutífera. Para cada entrevista que eu conseguia, outra era desmarcada. Levei dezenas de “bolos” e “chás-de-cadeira”.⁴

A ajuda da assessora de imprensa da CM, minha ex-companheira na Rádio Jornal do Brasil, foi importante para conseguir superar as dificuldades iniciais e realizar entrevistas com grande parte dos vereadores. Depois de contatar a assessoria de imprensa e fazer algumas entrevistas, as portas foram se abrindo. Em alguns casos, um vereador ou um assessor telefonava a outro pedindo que eu fosse recebida. Às vezes, eu abordava os vereadores no próprio plenário, apresentava-me e pedia uma audiência. Através da assessora de imprensa, consegui principalmente entrevistar os vereadores mais “inacessíveis”, como o presidente da CM e outros ocupantes da Mesa. Mesmo assim, alguns se recusaram a dar entrevista. Outros desmarcavam sucessivamente as entrevistas ou tinham apenas “dez minutos” para conversar.

Conforme o tempo de convívio foi aumentando, tudo melhorou. Aos poucos, passei a frequentar as salas de reunião reservadas do Palácio, onde ocorria a maior parte das negociações. Muitos vereadores passaram a me reconhecer e a me cumprimentar pelos corredores da CM. Diversas vezes, as entrevistas provocaram entusiasmo e se estenderam em conversas longas. Quando percebiam a diferença

entre as abordagens do jornalismo e da antropologia, vários vereadores comentavam que era a primeira vez que falavam *realmente* sobre o seu trabalho, afirmando que a imprensa não se interessava por informações em maior profundidade.

*

Para escrever este livro, utilizei como base o material da minha dissertação de mestrado, em grande parte publicado na forma de artigos em coletâneas e revistas acadêmicas. Todos os textos, com exceção do último, foram muito modificados em relação à primeira versão. Procurei incorporar material mais recente, com o objetivo de enriquecer os dados e reflexões anteriores. Em alguns casos, acrescentei também referências bibliográficas e atualizei informações.

No primeiro capítulo, trato do material de propaganda e da votação dos candidatos eleitos, buscando entender, segundo uma perspectiva antropológica, a relação entre os discursos de campanha e a distribuição dos votos. No segundo capítulo, analiso a rotina do “atendimento” de eleitores pelos vereadores durante o mandato, identificando combinações entre tendências “assistencialistas” e “ideo-lógicas”. Nesse processo, mostro que o vereador atua muitas vezes como um *mediador político e cultural*, com habilidade para transitar por diferentes níveis de cultura, códigos e valores.

O terceiro capítulo trata da inserção institucional do parlamentar no Legislativo, focalizando as relações com seus pares e a importância de se ter um “bom trânsito” – isto é, a capacidade de negociar e formar alianças com outros vereadores, produzindo maiorias para votações e viabilizando acordos de seu interesse. No quarto capítulo, analiso a reação dos vereadores diante de sua falta de prestígio nas relações com o Poder Executivo e com setores da mídia, e como buscam valorizar sua posição através da associação com a cidade do Rio de Janeiro e seu papel histórico para o país.

No quinto capítulo, escrito em parceria com Gilberto Velho, discutimos o papel do mediador em sociedades complexas, apresentando o político como um negociador da realidade, traduzindo e interpretando códigos diversos, com potencial de metamorfose e competência para transitar por diferentes províncias de significado. Assim, através dos processos de mediação, podem-se observar tensões e conflitos entre as diferentes visões de mundo e ideologias presentes em nossa sociedade.

Notas

¹ Sobre *antropologia da política*, ver, entre outros, Palmeira (1998) e Peirano (1998). Em Kuschnir e Piquet-Carneiro (1999), há uma discussão mais ampla a respeito dessa abordagem, assim como um levantamento dos autores que têm produzido trabalhos na área.

² Sobre esses conceitos, ver Geertz (1989) e Velho (1981).

³ Esta segunda etapa da pesquisa deu origem à minha tese de doutorado no PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (Kuschnir, 1998) e ao livro *O cotidiano da política* (Kuschnir, 2000).

⁴ Costa (1980) e Bezerra (1995), em contextos muito semelhantes ao desta pesquisa, contam experiências parecidas.

Cultura e representação: candidaturas e campanhas¹

Alguns meses antes das eleições de outubro de 1992, a cidade do Rio de Janeiro, como tantas do Brasil, encheu-se de cartazes, folhetos e “santinhos” dos candidatos para as 42 vagas da Câmara Municipal (CM). Concorreram nada menos que 1.631 cidadãos maiores de 18 anos, filiados a 30 partidos diferentes; dentre estes, havia 40 vereadores tentando a reeleição. Analisar o lançamento dessas candidaturas de vereadores que buscavam reeleger-se, assim como o desenvolvimento e o resultado de suas campanhas eleitorais, nos permite compreender algumas características importantes das idéias e estratégias políticas dos vereadores cariocas.

Na visão desses parlamentares, a candidatura ideal é sempre motivada pela vontade de um grupo, e o candidato perfeito é o “representante natural” dessa coletividade. O movimento é *involuntário* e exige dedicação e esforço. O candidato ideal enfrenta a campanha como um *dever*, abrindo mão de sua vida pessoal em nome do grupo. Vejamos o que diz uma vereadora sobre a sua primeira candidatura:

*Eu não me lancei candidata, fui lançada. [...] Eu não era candidata. Saiu legenda pra mim, tinha número, mas eu não era candidata. Dois meses antes das eleições, as pessoas começaram a assediar. [...] Então, foi uma opção que eu tive que fazer.*²

A candidatura foi assumida no último instante, em função da vontade de “outras pessoas” – foi algo que ela “teve que fazer” quando já não havia mais saída. Situações semelhantes são narradas por muitos parlamentares. Um vereador, por exemplo, teve a candidatura delineada na época em que trabalhava como assessor de um tio, deputado estadual. Segundo ele, tudo aconteceu por causa de sua dedicação ao “atendimento” dos eleitores. Era um trabalho de “retribuição” aos votos recebidos da “comunidade”, um “sacrifício” em nome da eleição do parente (que depois de muitos mandatos acabou não se reelegendo). A experiência na assessoria

terminou dando origem à indicação de seu nome como candidato a vereador. Não se tratava de uma escolha, mas de um dever: “Eu tinha que retribuir de alguma forma, dar o meu esforço nisso tudo.”

Diversos parlamentares compartilham essa visão da candidatura como uma obrigação, um dever, motivado pela “pressão” dos eleitores. Futuros cabos eleitorais e aliados políticos também são peças-chave para o lançamento de candidaturas. A obrigação de servir ao partido pode estar acima das escolhas individuais:

Eu tinha uma certa [...] contradição com o parlamento. Achava que não servia pra muita coisa. Tanto que, em 1982, [o partido] tentou indicar o meu nome e eu não aceitei, não quis ser candidato. Em 1986, meu nome foi aventado, e eu votei contra. Em 1988, fiquei sem saída, porque tinha um trabalho político muito forte. Eu era o que tinha mais chance de ser eleito [...]. Então acabei sendo o indicado por esse grupo.

O desejo do próprio candidato não tem legitimidade se não estiver amparado por uma vontade coletiva. Um vereador, por exemplo, explica que se candidatou porque “foi indicado”. Não era o responsável, “foi escolhido” devido à sua experiência no movimento comunitário. Outro vereador, na CM há quatro mandatos, conta que começou “na política” sem receber nada, até que “naturalmente” acabou “convidado” para participar da eleição.

Construir a imagem de uma vida profissional bem-sucedida, anterior ao mandato, reforça a idéia de que a candidatura não é produto de uma escolha individual. Além de praticamente “ser obrigado” a se tornar um parlamentar, o vereador também é “obrigado” a abdicar do sucesso financeiro e profissional para se lançar nas incertezas da vida política. A candidatura não deve ser vista como uma forma de ascensão social, como explica um vereador no segundo mandato:

Sou um médico bem razoável, gosto da profissão. Fiz clínica geral, depois cardiologia, saúde pública. [...] Tinha um trabalho razoável, de que gostava. Tinha sonhos de fazer cursos de especialização... Agora está tudo parado. Há três anos e meio que eu não vejo doente.

Deixar de lado a carreira em ocupações tradicionais (como advocacia, magistério, administração de empresas) para se dedicar à vida pública faz parte do sacrifício. É uma atitude nobre, que se encaixa na imagem da candidatura como algo *involuntário*, fora do controle do próprio sujeito. Além disso, é preciso sacri-

ficar também a vida privada, com jornadas de trabalho de “até 18 horas por dia”, como diz uma vereadora.

Do ponto de vista dos vereadores, a opção pela política frustra todos os outros projetos pessoais – dos mais sofisticados, como cursos de pós-graduação, aos mais prosaicos, como regimes de emagrecimento. A família é a maior vítima do ritmo de trabalho exigido pela política. Um vereador, por exemplo, explica que não aceitou a proposta de seu partido para lançá-lo candidato a deputado federal porque implicaria passar grande parte do tempo longe da esposa e dos filhos. Nenhuma sondagem para torná-lo candidato a prefeito mexeu com sua vaidade. O importante, diz ele, é “gerir bem os filhos e a vidinha”. Esse sentimento é recorrente, como vemos no depoimento abaixo:

Achava que [a candidatura] era uma responsabilidade muito grande. Eu ia ter que abrir mão da minha casa, do meu filho, da minha vida pessoal e da minha profissão. [...] Quando chego em casa, já chego muito cansado, não consigo comer. Estou me alimentando muito mal, perdi doze quilos durante a campanha e não consegui me recuperar.

Esses discursos articulam a idéia de uma candidatura *involuntária* com a noção de *dever/sacrifício*, ambos justificados em função do pertencimento do candidato a uma coletividade. Para ser legítimo, o candidato precisa compartilhar valores com uma determinada comunidade, seja ela de caráter local, religioso ou profissional. O papel da “comunidade” é gerar a candidatura do seu “líder natural”. Na visão dos parlamentares, é o grupo que “lança” a candidatura, que “indica” o nome, que praticamente “obriga” um de seus integrantes a se tornar candidato.

Na campanha, procura-se consolidar essas bases eleitorais. A disputa é grande e, para se eleger, o candidato precisa se diferenciar dos concorrentes. Segundo as regras do *marketing* tradicional, a propaganda deve “humanizar” o produto, inserindo-o em um universo social específico para que o consumidor possa distingui-lo de outros aparentemente iguais. O objetivo dos candidatos em campanha é bastante similar.

A propaganda é uma ferramenta indispensável nas campanhas eleitorais. Todos os candidatos produzem materiais muito parecidos graficamente. Além dos tradicionais “santinhos”, frequentemente utilizam-se reproduções da cédula de votação preenchida com o nome e o número do candidato. Na maior parte das vezes, colocam-se também alguns dizeres, que podem ser palavras de ordem, como “É preciso reagir!”; dados biográficos, como idade, naturalidade, currículo; promessas, como “incrementar as festas de rua”. No caso dos candidatos à ree-

leição, há sempre uma lista das realizações do mandato, obras e leis aprovadas.

Folhetos, jornais e pequenas brochuras são materiais de distribuição também muito utilizados. Em geral, trazem informações mais completas sobre o candidato, incluindo entrevistas, trechos de discursos, fotografias e até propagandas criativas como histórias em quadrinhos onde o candidato é o personagem principal. No setor de brindes, oferecem-se camisetas, bonés, broches, canetas, réguas, chaveiros, capas para título de eleitor, porta-moedas, calendários etc. Todo esse material traz impresso o nome e o número do candidato.

A propaganda também se espalha pela cidade, através de cartazes, bandeirinhas, adesivos de carro, faixas, *out-doors* e carros de som. Dependendo do partido, o candidato conta ainda com alguns segundos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, transmitido pelas redes de rádio e televisão nos meses que antecedem as eleições.

O candidato à reeleição tem muito mais chances de se eleger do que o novato. Dos 40 candidatos que tentaram a reeleição em 1992, 45% obtiveram êxito, contra apenas 1,4% dos neófitos. A maioria dos vereadores deseja se eleger novamente e, através do mandato, adquire condições privilegiadas (recursos materiais, como selos, gasolina etc., além de assessores/cabos eleitorais) para a realização da campanha, embora o uso dessas facilidades públicas seja tecnicamente ilegal.

Em 1992, as sessões da Câmara foram interrompidas a três semanas do pleito. Em todos os gabinetes, os assessores trabalhavam freneticamente na candidatura dos seus vereadores. “Dizem que era muito pior”, explica um assessor às vésperas das eleições: “antigamente isso aqui ficava parado de dois a três meses antes da eleição, com todo mundo em campanha.”

Os assessores enviam propaganda através de mala-direta, distribuem “santinhos” e organizam “festas de campanha”. Dependendo das características dos bairros onde o vereador estima ter mais votos, também são feitas campanhas corpo a corpo, de contato direto com o eleitor. Como veremos adiante, existem diversos estilos de campanha.

*

O sistema eleitoral atualmente em vigor no Brasil para as Câmaras Federal, Estadual e Municipal é o sistema de representação proporcional, tal como foi regulamentado pela Lei nº 1.164, de 1950. Os partidos formulam uma lista de candidatos para a circunscrição eleitoral (União, Estado ou Município), e o eleitor vota em apenas um nome. Apurada a votação, os votos válidos e os votos em branco

são somados e o total é dividido pelo número de cadeiras a serem preenchidas, obtendo-se, então, o quociente eleitoral. Em seguida, apenas os partidos que têm votos acima do quociente eleitoral entram na disputa. Seus votos são divididos pelo quociente eleitoral para que se obtenha o quociente partidário, isto é, o número de cadeiras obtidas por cada partido. As sobras dessa divisão servem para redistribuir as cadeiras restantes através da fórmula D’Hondt, que é a divisão dos votos de cada partido pelas cadeiras obtidas no primeiro cálculo, mais uma. Aqueles que obtêm as maiores médias recebem as cadeiras ainda não ocupadas (Nicolau, 1991).

Nas eleições para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 1992, o TRE divulgou o número de 3.837.920 eleitores aptos a votar e um comparecimento de 3.331.215 (87%) votantes. A distribuição final ficou em 2.530.509 (75,96%) votos válidos, 396.456 (11,9%) votos brancos e 404.250 (12,13%) votos nulos, com um quociente eleitoral de quase 70 mil votos. Individualmente, a maior parte dos vereadores (80%) obteve uma média entre 5 e 20 mil votos. Quatro vereadores obtiveram mais de 20 mil votos (um deles, sozinho, foi votado por 125.593 eleitores), e outros quatro foram eleitos com pouco mais de 4 mil votos. Em relação à renovação, 57% dos vereadores estavam sendo eleitos pela primeira vez.

Os resultados permitem classificar os eleitos segundo três categorias amplas. Pouco mais de um terço (dezesesseis vereadores) elegeu-se através de votação concentrada. Esse tipo, também chamado pelos próprios parlamentares de vereadores “comunitários” ou “distritais”, tem entre 50% e 90% dos seus votos obtidos em uma ou duas zonas eleitorais próximas, geralmente nas zonas Norte e Oeste da cidade.

Um segundo tipo, com cerca de dezesseis vereadores, elegeu-se com percentuais de votação distribuídos por diversas zonas eleitorais. Destes, oito têm pequenas concentrações em três ou mais zonas, mas mantêm um bom índice em todo o município.

Finalmente, há um terceiro tipo, com cerca de dez vereadores, eleitos com votação concentrada nas Zona Sul da cidade, no bairro da Tijuca e arredores. Na Câmara, estes são os chamados “vereadores ideológicos”.

Tomemos, em primeiro lugar, alguns exemplos de campanha de vereadores que têm votação concentrada. O gráfico abaixo reproduz a distribuição dos votos de um vereador desse tipo:³

A propaganda desses candidatos tem normalmente três características básicas: nomes dos bairros onde costumam obter o maior número de votos, obras do candidato na região e alguns bordões que funcionam como “lema” de campanha. O texto abaixo foi extraído de um folheto desse tipo:

A Ilha vai eleger o Vereador mais votado do RIO DE JANEIRO. Participe dessa campanha. Há dez anos dando atendimento médico gratuito. Participe dessa corrente. Amigo pedindo aos amigos. Parente pedindo aos parentes. Essa

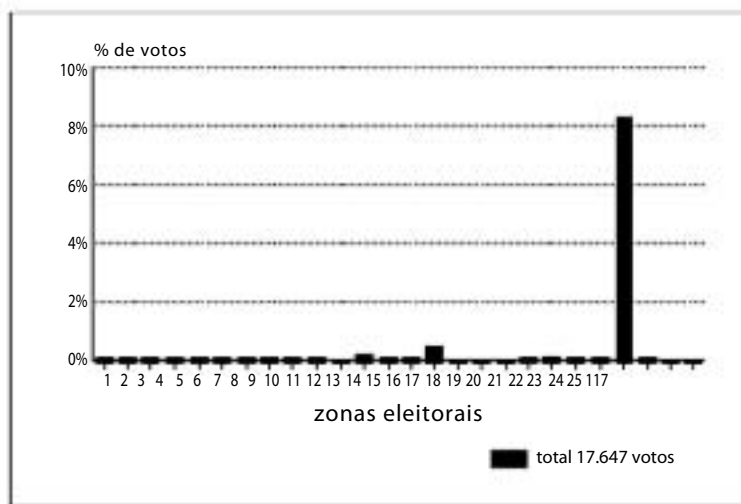


Gráfico 1 – Votação Concentrada

Obra Filantrópica não pode parar. Vamos votar no Criador desse SERVIÇO ASSISTENCIAL.

Esse tipo de campanha vai procurar criar uma relação de cumplicidade entre o candidato e o eleitor, procurando fazer com que ambos se sintam parte de um mesmo círculo social. A menção ao nome do bairro cria um vínculo fundamental, pois, em muitos casos, significa uma origem e/ou residência comum. Não se trata meramente de uma referência espacial, mas de um *universo de experiências culturais compartilhado*, a partir de um mesmo espaço de coabitação e sociabilidade.

O candidato é aquele que “entende” os problemas da região, porque “vive junto” e “vê no dia-a-dia o sofrimento da comunidade”. Justamente por isso, as suas “obras sociais” são uma peça-chave da campanha. Muitos candidatos que se elegem com votação concentrada têm um ou mais centros de serviço assistencial à disposição da população local. Em geral, tais centros oferecem atendimento médico, odontológico, jurídico e assistencial gratuito, além de creches e outros auxílios.

Os candidatos à reeleição também colocam no seu material de propaganda

uma lista de obras de urbanização (calçamentos, iluminação, urbanização de praças, reforma de escolas etc.) realizadas na região e “conquistadas” através do mandato anterior. A lista serve para provar que o candidato trabalha “em prol da comunidade” há muitos anos.

A proximidade e a cumplicidade entre candidato e eleitores também são construídas através de frases e lemas de campanha. No trecho acima citado, o vereador pede que o morador “participe” e o eleja junto com todos os moradores da Ilha do Governador. A comunhão de interesses também é enfatizada quando se convocam os eleitores a formar uma “corrente de parentes e amigos” em busca de votos para o “Criador”. Nesta palavra, aliás, a letra maiúscula parece associar o candidato a Deus...

Na propaganda de todos os vereadores com perfil de votação concentrada (gráfico 1), existe uma idéia básica de que o eleitor é pessoalmente importante para o candidato. Em uma campanha, por exemplo, explica-se que “voto é questão de confiança”, e o eleitor deve “conhecer” o seu candidato. Em outra, adota-se um tom didático, procurando demonstrar que o candidato está em sintonia com o eleitor: “Você pode pensar que não, mas o seu voto é muito importante.” Finalmente, algumas são mais explícitas e, em troca do voto, prometem “gratidão”, “amizade”, “ajuda”, “carinho” e “solidariedade”.

Os vereadores que se elegem com votos espalhados uniformemente por toda a cidade têm votações no padrão do gráfico na página seguinte.

Entre os dezesseis vereadores que tiveram esse tipo de distribuição no pleito de 1992, oito se aproximam mais do modelo apresentado no gráfico. As campanhas realizadas pelos candidatos com essas características não são tão homogêneas quanto as do tipo anterior, mas também estão estruturadas a partir de alguns pontos básicos.

Em geral, esse tipo de candidato faz campanhas direcionadas para categorias profissionais, étnicas ou grupos religiosos a que ele próprio pertence (ou pertenceu). Não são recortes espaciais, como no tipo anterior, mas o objetivo também é solidificar o vínculo entre político e “comunidade”. Esse tipo torna-se conhecido como o “candidato dos bancários”, “dos evangélicos”, “dos militares” etc. A idéia de *pertencimento* cria uma identidade candidato-eleitor.

Em alguns casos, a construção desse tipo de inserção pode fazer com que o candidato formule verdadeiros “mitos de origem” para sua trajetória política. Conta um vereador reeleito, por exemplo, que sua ligação com os “ambulantes” é muito forte, devido ao seu trabalho legislativo em prol do grupo:

Tudo começou muito antes...Vem desde a minha infância. Eu fui camelô [...].

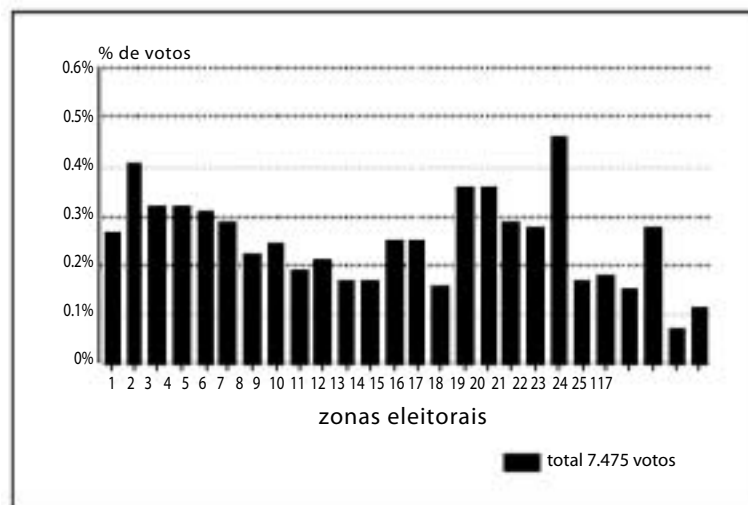


Gráfico 2 – Votação Distribuída

Houve um período em que o meu pai foi hospitalizado e a gente não tinha como alimentar a família. Eu e a minha mãe fomos pra rua vender bugigangas. A partir daí, passei a conhecer melhor a situação do camêlo.

Esses candidatos procuram conquistar o eleitor estabelecendo uma *cumplidade via experiência de vida comum*. As frases típicas desse tipo de campanha afirmam que o candidato “esteve sempre ao lado”, “sempre presente”, “sempre acompanhando” a categoria.

No entanto, esses candidatos se preocupam também em mostrar que o mandato pode significar conquistas *legislativas* em defesa da categoria profissional ou do grupo de identidade. As promessas não se restringem a benfeitorias materiais, como obras de urbanização e assistência social gratuita. Em diversas campanhas são apresentados projetos e leis aprovadas (no caso dos candidatos à reeleição) que beneficiam a categoria representada.

A notoriedade também pode ser um fator decisivo para que o candidato consiga uma votação equilibrada (gráfico 2). Um nome publicamente conhecido tem grandes chances de obter votos em todas as zonas eleitorais, ainda que não esteja relacionado a nenhuma categoria específica. A *fama* adquirida através da excelência profissional, como no caso de jogadores de futebol, por exemplo, tende a produzir votações espacialmente bem distribuídas. Não raro, pessoas famosas estão entre as mais votadas do pleito.

A notoriedade também pode ser construída através da associação do candidato a um personagem de destaque da política municipal, estadual ou nacional. O vínculo pode estar relacionado ao partido, afinidade de trabalho ou amizade. No caso de acordos políticos, a aliança inclui a cooperação da estrutura política do aliado que estiver em melhor posição (escritórios, assessores, funcionários, influências junto ao Poder Executivo etc.) visando conquistar o maior número de votos possível.

Existe ainda a notoriedade adquirida “por empréstimo”, através de alianças e/ou parentesco entre o candidato e políticos famosos. Assim, o filho de um senador consegue votos usando a figura política do pai que, por ser de âmbito nacional, congrega uma quantidade de eleitores muito superior à média de um parlamentar municipal. Em alguns casos, o parentesco pode ser a principal fonte de prestígio e justificativa da candidatura. É o caso, por exemplo, do folheto de propaganda de uma candidata, onde a única foto era a de seu marido – deputado federal e “padrinho” da campanha.

Familiares em geral (mulheres/maridos, filhos, mães e até sogras), sem vínculos com a política, também aparecem em fotos e textos de campanha. A menção da parentela indica a vontade do candidato ser reconhecido pelo seu pertencimento a uma instituição amplamente associada à manutenção de valores tradicionais da sociedade. Nesse caso também, o candidato cria para si uma imagem semelhante àquela que imagina estar no modelo ideal dos seus eleitores. Desse modo, procura fazer com que o eleitor sinta-se compartilhando com ele não apenas seu voto, mas também um *ethos* e uma visão de mundo.

Os diferentes tipos de campanha (gráficos 1 e 2) estabelecem relações distintas entre vereadores e eleitores. No primeiro caso, a ênfase é na *relação pessoal*, através das idéias de doação, assistência e amizade. No segundo, atribui-se maior valor às atividades legislativas e políticas (notoriedade). Em diversos casos, o vereador é caracterizado como um ator político, capaz de promover políticas públicas que afetem a vida dos seus eleitores. Como característica comum aos dois modelos, temos a identidade dos candidatos marcada pela relação de *pertencimento* ao grupo dos seus eleitores.

O terceiro padrão de distribuição de votos caracteriza os candidatos eleitos pelos bairros da Zona Sul e Tijuca, geralmente chamados pelos próprios colegas de “vereadores ideológicos”. Vejamos um exemplo desse tipo de comportamento eleitoral:

É importante observar que a divisão da cidade por zonas eleitorais nem sempre é uma divisão que respeita as classificações dos bairros feitas pela própria

sociedade. Os habitantes tendem a ser sensíveis à existência de recortes sociais baseados em valores e visões de mundo comuns ao grupo, assim como em padrões socioeconômicos. A Barra da Tijuca, por exemplo, é um bairro da zona oeste com características associadas às da Zona Sul, embora sua zona eleitoral abrangesse, em 1992, uma série de outros bairros, como Taquara e Jacarepaguá, com menor prestígio.⁴ Quando um candidato obtém boa votação em todos os bairros da Zona Sul, é quase certo que obterá também boa votação na Barra. Isso não significa que seus votos sejam representativos da zona oeste como um todo. Essa dificuldade

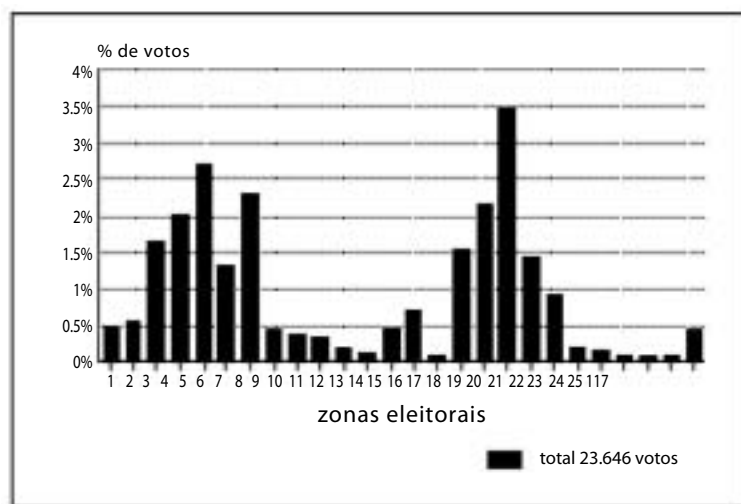


Gráfico 3 – Votação Zona Sul e Tijuca

de classificação também surge no caso da Tijuca. O bairro é considerado pelos cariocas como a “Zona Sul da Zona Norte” e, na maior parte das vezes, os votos obtidos nas suas seções costumam eleger candidatos com bons índices também na Zona Sul da cidade.

Ao contrário das listas de obras e nomes de bairros, a campanha típica deste grupo de vereadores fala genericamente em “cidade” e “Rio de Janeiro”. Quase sempre inclui palavras de ordem como “ética”, “honestidade”, “justiça”, “cidadania” e “trabalho”. Mais do que uma identificação direta com algum grupo ou setor da sociedade, essas campanhas tendem a girar em torno de bandeiras *morais*, procurando associar o nome do candidato a valores como honestidade e integridade, independentemente da sua posição ideológica (progressista ou conservadora). Vejamos um exemplo:

Não anule o seu voto – anule a corrupção. Você sabe que é o seu voto que determina como vai ser o dia-a-dia do Rio. Vamos valorizar a Câmara dos Vereadores, botando lá dentro os nossos melhores cidadãos. Gente reconhecidamente honesta como [o candidato].

Honestidade, defesa da cidadania e combate à corrupção são alguns dos elementos-chave desse tipo de campanha. O tom pode ser radical, como no caso do candidato que se declara em “cruzada pelo soerguimento moral da política brasileira”, ou de denúncia, como aquele que se diferencia dos outros candidatos explicando que “não dá saco de cimento em troca de voto”.

Esse tipo de campanha se apropria do senso comum da população no tocante à falta de honestidade da classe política e procura reverter a imagem do seu candidato através da apresentação de um perfil de retidão, dignidade e honradez. Como diz um “santinho”, o eleitor deve “separar o joio do trigo”.

Do mesmo modo que aqueles vereadores eleitos por toda a cidade, estes candidatos também buscam adquirir notoriedade através de figuras públicas. Porém, ao contrário dos primeiros, que o fazem na maior parte das vezes associando sua imagem à de políticos nacionais, estes vão buscar uma notoriedade de pessoas ligadas a atividades não-governamentais. Escritores, jornalistas, atores, cantores, sociólogos e professores são alguns dos personagens que participam desse tipo de campanha através de depoimentos e fotos. Membros da classe política podem aparecer, mas existe uma nítida preferência por outros segmentos da sociedade. A estratégia de campanha desses candidatos é justamente a de tentar se diferenciar da classe política, em geral vista com maus olhos pelo eleitor.

Nesse tipo de campanha, existe também uma preocupação em esclarecer para o eleitor o significado político do voto. Essa característica a aproxima do tipo de estratégia adotada pelo vereador com votação bem distribuída (gráfico 2). O material de propaganda traz expressões como “direitos e garantias individuais”, “bem comum”, “democratização” e “cumprimento de leis”. Além disso, há quase sempre um trecho didático explicando a função do vereador e do Legislativo municipal. Na medida do possível, procura-se estabelecer uma relação política com o eleitor, baseada nos princípios da democracia representativa. No entanto, com exceção dos candidatos de bandeira ecológica, a campanha desse grupo se ampara em conceitos bastante genéricos, como “honestidade”, “liberdade” etc. Ao invés de serem pressupostos da conduta política, estes tornam-se objetivos em si mesmo, sem que o eleitor saiba exatamente quais as posições dos candidatos diante de questões políticas concretas.

*

A questão do *comportamento eleitoral* tem produzido uma extensa bibliografia na área da ciência política, centrada principalmente na análise dos índices de participação política e da relação decorrente desses índices com o “motivo” do voto.⁵ Em artigo sobre o tema, Castro, M. (1992) traça um amplo panorama do debate das principais teorias sobre o comportamento eleitoral. A autora destaca o confronto histórico entre a teoria da *escolha racional*, fundamentada inicialmente por Downs, e as teorias de cunho sociológico e psicossociológico, desenvolvidas por diversos autores.

A respeito do debate exposto por Castro, M., e de comentários de outros autores (Santos, 1992, e Figueiredo, 1992), Palmeira (1992) sugere que o grande problema dessa discussão, feitas certas ressalvas, é que ela entende o voto como “ação individual, intencional, envolvendo escolha, voltada para objetivos precisos e previamente definidos” (p. 26). Sua experiência de pesquisa antropológica tem mostrado, ao contrário, que o voto deve ser visto a partir da sua inserção e significado *sociais*, e não individuais (Palmeira, 1991). Palmeira observa que as eleições muitas vezes são capazes de mobilizar toda uma sociedade, promovendo redistribuição de grupos, instauração de compromissos, novas alianças e papéis sociais. O voto não seria simplesmente uma “escolha” do indivíduo, mas uma *adesão* a uma facção da sociedade. O autor propõe, finalmente, que a “sociologização” das teorias de comportamento eleitoral vá além de uma mera contextualização de ações individuais e perceba “como as estruturas sociais e simbólicas não apenas circunscrevem aquelas ações, mas atravessam diferentes unidades sociais, individuais ou não, inculcando-lhes significado” (1992:30).

A discussão sobre comportamento eleitoral, sob o ponto de vista de Palmeira, aponta uma perspectiva interessante para compreendermos os dados aqui levantados sobre a campanha e o perfil eleitoral dos vereadores cariocas. Destaco, entretanto, que não se trata de uma pesquisa realizada diretamente com eleitores. O material de análise concentra-se nos vereadores, suas idéias e estratégias de campanha. O comportamento eleitoral está presente apenas sob esta perspectiva e através dos resultados dos boletins oficiais do TRE. Assim, tomamos a discussão no sentido inverso. O foco não é a “escolha” do eleitor, mas nos discursos e estratégias adotados pelo *político-candidato* quando este acredita estar construindo os motivos dessa escolha.

A análise dos textos de campanha de *todos* os candidatos revela que a estratégia

de convencimento do eleitor é a de construir para o vereador um *pertencimento ao grupo de referência de seus eleitores* e, na maior parte dos casos, a mais de um grupo. O parlamentar eleito explica o momento inicial de sua candidatura como um ato involuntário de sua parte, movido pela vontade de um grupo (de composições diversas) a custos pessoais elevados.

Como observamos, tanto involuntarismo quanto sacrifício são situações inerentes à existência de um vínculo ideal de pertencimento do candidato ao seu eleitorado. Durante a campanha, o maior esforço do candidato será justamente na construção e na consolidação desses vínculos. Esse aspecto é ressaltado nos relatos de dois vereadores, um “comunitário”, com votação concentrada num bairro da Zona Norte, e um “ideológico”, com grande parte dos votos na Zona Sul e arredores da Tijuca:

Minha campanha foi toda feita com bolo. Fiz 350 reuniões e em cada reunião dessas eu era *recebida* com bolo, com festa. [...] Depois eu vou [à comunidade] e levo o material de mão para eles distribuírem na campanha – um brinde, um porta-título, uma régua. É sempre uma desculpa pra eu voltar na casa dele.

Eu faço campanha de três maneiras: correspondência, comício doméstico (quando um amigo reúne de 30 a 40 pessoas na casa dele e me chama pra conversar) e panfletagem na rua. Acho que, pela cara, sei quem vai votar em mim. Panfletagem em Copacabana é sopa no mel, parece que todo mundo vai votar em mim.

Além do que já observamos a respeito dos textos do material de propaganda dos candidatos e das diferenças estratégicas de cada um, é interessante notar que a *casa* do eleitor é o elemento comum aos dois depoimentos. Ambos dizem que foram “convidados” à casa do eleitor. No primeiro caso, o grifo na palavra “recebida” é dado pela própria vereadora, no seu tom de voz, para chamar a atenção de que não era ela quem fazia o bolo nem a festa: eram os eleitores. Tudo se passa como se o candidato, ao entrar na intimidade dos eleitores, como convidado, se integrasse ao universo cultural das pessoas que irão elegê-lo. A visita é um símbolo dessa integração e faz com que o político se sinta um pouco mais próximo do ideal de pertencimento que, segundo sua própria visão, é vital para o êxito eleitoral.

Para avançar o debate acerca do *comportamento eleitoral*, é preciso que o voto seja compreendido em termos *culturais*, como uma rede de significados que dá sentido à realidade de determinado grupo social (Geertz, 1989). Numa sociedade complexa, isso significa levar em conta a existência de *múltiplos planos de cultura*, dentro dos quais os indivíduos/eleitores transitam e fazem escolhas segundo contex-

tos e situações. Não se trata de reificar o voto como ação individual, mas entendê-lo regido por regras dentro de um repertório, o que dá ao sujeito uma certa margem de trânsito, mas o mantém dentro dos limites de um leque de opções – um *campo de possibilidades* definido pela própria sociedade, nos termos de Velho (1981).

Essa perspectiva é a que explica melhor, não apenas os padrões de campanha que vimos até aqui, mas também aqueles que subvertem as expectativas. Como explicar, por exemplo, o vereador com uma campanha nos moldes “assistencialistas” que tem um terço de sua votação concentrado em bairros da zona oeste, mas, ao mesmo tempo, é pastor de uma grande igreja evangélica, com votos em toda a cidade? Ou outro, que é uma figura de projeção nacional, mas só obtém votos na Zona Sul? E, ainda, aquele que tem uma campanha totalmente conformada com o modelo “ideológico” e é eleito com votação *concentrada* por um bairro da Zona Sul? Esses são apenas alguns exemplos, suficientes para escaparmos das dicotomias baseadas em critérios espaciais. Além de não explicar a dinâmica do voto, esta visão apenas reifica associações comuns, como votação concentrada/Zona Norte/campanha assistencialista e votação distribuída/Zona Sul/campanha ideológica.

Assim, por exemplo, durante anos um indivíduo vota de acordo com seus vizinhos, moradores de um bairro que tradicionalmente elege o candidato João da Silva. Um dia, porém, ao se deparar com um candidato que foi seu ídolo (um cantor ou jogador de futebol, por exemplo), esse indivíduo pode *mudar de opinião*, *escolhendo* outro motivo para seu voto. Podem estar em jogo o bairro, a religião, o time de futebol, o conselho do sogro.

Seja qual for a motivação, a *troca* é uma dimensão fundamental do voto. Grande parte dos estudos de comportamento eleitoral tem interpretado essa troca como uma *escolha racional* do eleitor em busca de maximizar os dividendos de seu voto. Os problemas dessa perspectiva nos levam a buscar interpretações mais “socio-lógicas”, nos termos de Palmeira. É preciso destacar o significado das redes sociais e simbólicas que envolvem o indivíduo em todos os seus atos – inclusive aqueles diretamente relacionados à esfera política.

A metrópole do Rio de Janeiro abriga uma sociedade complexa, diversa e heterogênea. Determinadas circunstâncias – como a do exercício da política – são reveladoras das distintas *visões de mundo* que coexistem no emaranhado de universos culturais da cidade.

Os vereadores procuram estabelecer um vínculo cultural com o eleitor. As estratégias comunitária/assistencialista e ideológica/política refletem tipos de trocas distintas propostas pelo candidato ao eleitorado. Na prática, porém, esses modelos nunca são inteiramente puros. Mesmo a doação de bens em troca do voto não pode

ser vista apenas como transação “comercial”. Nesse tipo de campanha, o candidato apela ao eleitor por “amizade”, “apoio”, “confiança” – compromissos muito mais amplos do que os exigidos numa relação meramente econômica. O próprio significado dos bens trocados precisa ser relativizado, já que mesmo a doação de um “colchão” pode ser vista como um “brinde”, ou mesmo como o saldo de uma dívida, e não como uma mercadoria de compra pelo voto.⁶

Também é relevante que as campanhas baseadas em bandeiras “universais”, como democracia, direitos individuais, honestidade, atinjam apenas uma parcela restrita do eleitorado. Nesse modelo, a proibidade do candidato e a defesa da cidadania são as principais ofertas feitas ao eleitor. A proposta tem aceitação principalmente junto aos moradores da Zona Sul e Tijuca (gráfico 3). Essas são as áreas de concentração das classes média e alta, contrastando com o perfil da maior parte das zonas norte e oeste da cidade. São também as áreas onde a noção moderna de indivíduo faz mais sentido, como mostram diversas pesquisas antropológicas.⁷

Candidatos e eleitores de uma metrópole como o Rio têm condições privilegiadas para conviver com múltiplos mundos culturais e, conseqüentemente, transitar por uma variedade de referências simbólicas. Assim, a identidade candidato/eleitor é sempre algo instável e multifacetado, para ambas as partes. Um dos fatores decisivos para o êxito de uma campanha política é o fato de o candidato indicar ao eleitor que *compreende* a sua visão de mundo e os seus valores. O vereador não faz parte necessariamente do mesmo universo cultural de seus eleitores. Ao contrário, seu maior trunfo está no fato de ser alguém *de fora*, ou que *saiu* do grupo, e agora pode *transitar* por esse universo tendo a habilidade de comunicar-se na sua própria linguagem.

A condição de *pertencimento* constrói-se a partir de afinidades simbólicas entre candidatos e eleitores e é fundamental para o sucesso de uma candidatura. A troca voto/mandato é apenas um momento dentro de uma cadeia de relações que se processam em torno da atividade política, que não está restrita ao período estritamente eleitoral. Após o resultado oficial das urnas, o contato entre candidatos e eleitores se transforma, mas continua existindo dentro e fora das Casas Legislativas.

Notas

¹ Uma versão anterior deste capítulo foi publicada originalmente com o título “Cultura e representação política no Rio de Janeiro”. In: PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, ContraCapa, 1996, p. 183-202.

² Os grifos são meus.

³ Os gráficos de votação são baseados no *percentual* de votos obtidos pelo candidato em cada zona eleitoral e não no número absoluto de votos. Essa é uma forma de minorar a margem de distorção causada pela diferença no número de votantes de cada zona.

⁴ Essa zona eleitoral foi redividida algumas vezes após as eleições de 1992.

⁵ Ver, por exemplo, Kinzo (1992).

⁶ Palmeira, inclusive, chama a atenção para o fracasso das tentativas de convencimento de alguns candidatos que diziam aos eleitores que pegassem os bens doados por seus advogados e votassem de acordo com suas consciências (Palmeira, 1992:28).

⁷ Ver, por exemplo, Velho (1998).

Política e mediação cultural: o cotidiano do mandato¹

Do resultado oficial das eleições até a posse do mandato, os vereadores eleitos passam por alguns ritos, como as cerimônias oficiais de diplomação e posse. Depois, participam das primeiras reuniões, nas quais se distribuem os gabinetes, selecionam-se funcionários e inicia-se o processo de escolha da Mesa Diretora e dos presidentes e membros das Comissões Permanentes da Câmara Municipal. Alguns já têm experiência de atuação política, enquanto os novatos recorrem aos colegas veteranos, aos assessores e a consultas ao Regimento Interno e à Lei Orgânica.

Todos os parlamentares têm direito a um gabinete particular, em geral definido por sorteio, no Palácio Pedro Ernesto ou no Edifício Anexo da CM. Os principais membros da Mesa também ocupam gabinetes especiais em função do cargo. Cada vereador tem direito a 35 assessores, sendo dez requisitados entre os funcionários efetivos da Câmara, cinco cedidos pela Prefeitura e vinte “cargos comissionados” ocupados por pessoas de confiança durante uma legislatura (quatro anos).

Em geral, os gabinetes são divididos em três tipos de assessoria: administrativa, legislativa e “política”.² Os funcionários da CM costumam ficar com a administração, que envolve procedimentos burocráticos, como organização de material e arquivo, digitação e serviços diversos.

A assessoria legislativa é composta por pessoas que auxiliam o vereador na execução e na elaboração de projetos ou de qualquer outro tipo de ato legislativo, como moções, indicações, requerimentos e ofícios. A maioria lê diariamente o Diário Oficial da CM, assinalando projetos, discursos e outros pontos que possam interessar ao vereador. Esses assessores também orientam o parlamentar sobre a Ordem do Dia, recolhem assinaturas, preparam documentos para serem usados durante as sessões, conversam e distribuem comunicados para a imprensa. Na ausência do vereador, esses assessores freqüentam o plenário, acompanhando o debate e as votações.

A assessoria política (também chamada de “comunitária”, em alguns casos) tem por função principal intermediar o contato dos vereadores com a população. Seu trabalho é promover uma espécie de “campanha permanente” – dentro ou fora do gabinete, dependendo do perfil eleitoral do vereador a que estiver asso-ciada. Se este tiver uma votação concentrada, os assessores tenderão a permanecer no bairro ou local onde se obtiveram mais votos. Em caso de parlamentares com votações bem distribuídas, a atuação é centralizada na CM.

O atendimento a eleitores, o contato com diversos grupos (comunitários, profissionais ou de outra ordem) e o acompanhamento das reivindicações desses grupos são as tarefas principais da assessoria política. Em geral, os assessores são distribuídos segundo as áreas de atuação do vereador. As atividades variam muito, podendo estar relacionadas a associações de moradores, categorias profissionais, moradores de conjuntos habitacionais, empresários, grupos religiosos, setores do funcionalismo público ou mesmo indivíduos e famílias.

Os vinte cargos comissionados costumam ser preenchidos por assessores legislativos e políticos (que, às vezes, são a mesma pessoa), mas também por nomeações de parentes e aliados do vereador. Os outros quinze cargos variam segundo o gabinete. Por exemplo, um vereador que já exerceu um cargo no Executivo pode requerer todos os funcionários municipais, a que tem direito, do órgão onde trabalhou. Há também casos em que funcionários da CM atuam como assessores legislativos por conhecerem bem o Regimento e os trâmites da Casa, acumulando salários e comissões.

Com alguma frequência, porém, os vereadores abrem mão desse tipo de funcionário, optando por trabalhar apenas com sua própria equipe, mesmo nas tarefas administrativas. Em geral, esta é formada por pessoas que fazem parte da rede de relações desses parlamentares, como cabos eleitorais, amigos, familiares e aliados (ou pessoas indicadas por aliados). A qualidade dos membros da equipe é medida pelo critério de “confiança pessoal”, pois estas serão as pessoas mais próximas ao vereador durante o mandato.

*

A maior parte dos gabinetes tem em média 30m², demarcados por divisórias internas que separam a sala do vereador do resto do ambiente. Além de móveis de escritório, a maioria tem computadores, pequenas geladeiras, máquinas de café e fotocopiadoras. Alguns são decorados com cartazes de partidos, campanhas, eventos culturais ou políticos. Nas salas dos vereadores, é comum haver retratos

deles próprios, de filhos, cônjuges e correligionários. Os gabinetes destinados aos membros da Mesa são maiores e podem ser decorados com tapetes persas e obras de arte do acervo do Palácio.

Os assessores que ficam na Câmara trabalham em turnos, de tal forma que dificilmente encontram-se mais de oito na mesma sala. O ritmo varia de acordo com os acontecimentos do dia e da agenda, e com o estilo do vereador. Para se comunicar com a imprensa, muitos utilizam a Assessoria de Comunicação da CM, que também é responsável por um *clipping* diário com notícias relacionadas, principalmente, ao Executivo e ao Legislativo municipal.

A rotina dos vereadores gira em torno de três eixos básicos: contatos com a população, trabalho legislativo e contatos com setores do Poder Executivo.³ A maior parte do trabalho legislativo é realizada à tarde, entre 14 e 18h, durante as sessões ordinárias, que acontecem todos os dias, menos nas segundas-feiras, quando são feitas as reuniões das Comissões Permanentes. Manhãs e noites normalmente são reservadas para atividades junto à Prefeitura e à população, sendo esta última a que ocupa a maior parte do tempo disponível do vereador.

Quando chegam à CM, os parlamentares começam o dia despachando com assessores, lendo o *clipping* e respondendo a telefonemas e correspondências. Geralmente também encontram pessoas esperando para serem atendidas. Muitos mantêm agendas com horas marcadas para os interessados, mas grande parte dos visitantes chega sem avisar.

Os vereadores com bases eleitorais concentradas em bairros costumam reservar as manhãs, noites e finais de semana para trabalhar nos seus escritórios particulares ou organizar encontros fora da CM. Geralmente, mantêm uma agenda de visitas, debates, reuniões e atendimentos em seus redutos eleitorais.

*

As pessoas procuram os vereadores em busca de soluções para problemas de diversos tipos. Muitos parlamentares têm dificuldades para atender a essas demandas. Alguns reclamam que os eleitores são “insaciáveis”; outros, que a população esquece que vereador não tem poderes “de prefeito”. Um vereador afirma que “a nossa cultura política faz com que o eleitor veja no parlamentar uma pessoa que, além do interesse público, deva tratar também do seu caso pessoal”. Outro lamenta que os vereadores sejam a “válvula de escape, para resolver todo e qualquer problema”. Alguns, mais à esquerda, afirmam que as pessoas são “acomodadas”, não participam do processo político e ficam à espera de que seus problemas sejam

solucionados por alguém.

Os problemas são classificados pelos próprios parlamentares em dois tipos: pessoais/materiais e coletivos/políticos. Os padrões básicos de relacionamento dos vereadores com esses dois tipos de demandas, segundo seus próprios termos, são o “assistencialista” e o “ideológico”, respectivamente. Em geral, essas categorias têm conotação negativa, sendo muito utilizadas em trocas de acusações. Por contraste, todos parecem concordar que o padrão ideal é aquele em que o vereador trabalha junto à “comunidade” ou faz “trabalho comunitário”.⁴ Não há consenso quanto ao conteúdo de nenhuma dessas categorias. As três são manipuladas segundo contextos e situações específicas.

Um vereador, por exemplo, afirma que seu trabalho é do tipo *comunitário*, mas vários colegas o acusam de ter uma prática *assistencialista*. O rótulo *ideológico* também pode ser pejorativo quando associado à idéia de um vereador distante dos eleitores. Quando não se alcança o ideal *comunitário*, corre-se o risco de ser classificado, pejorativamente, como “vereador de gabinete”. A noção de que o vereador não deve se encerrar na “torre de marfim” da Câmara aparece em inúmeras entrevistas, assim como em debates no plenário.

Os termos *assistencialista* e *ideológico* apontam para duas estratégias distintas de contato com a população. A opção por uma ou outra começa na campanha eleitoral – etapa inicial da relação com os eleitores. Quando a eleição é bem-sucedida, as expectativas de parte a parte se transformam. Em geral, da parte do eleitor, existe a idéia de que o seu voto lhe garante um crédito; da parte do vereador, a idéia de que há um débito a ser saldado.⁵ O problema é que nem sempre há acordo na definição dos bens envolvidos nessa troca. Eleitores e vereadores têm interpretações diferentes a respeito do valor de suas prestações.

*

A prática *assistencialista* costuma envolver trocas de bens materiais, embora não exclusivamente.⁶ O caso de um vereador que ajudou os moradores de um conjunto habitacional a construir um muro é um bom exemplo. A obra seria construída por uma empreiteira, que acabou não fazendo o serviço. Como não tinham dinheiro, algumas pessoas foram pedir ajuda no escritório particular do parlamentar, localizado no subúrbio e vizinho ao conjunto. O vereador explica sua postura:

Eu sou muito ansioso, eu quero ver as coisas acontecerem. Nesse sentido, eu não sou político, porque eu não tenho jogo de cintura de caminhar buscando,

negociando, fazendo articulações. Não. Eu quero. Pode me dar? Ótimo. Não pode me dar, eu vou buscar do meu jeito. Eu compro, eu pago.

O parlamentar decidiu construir o muro mas, como não tinha dinheiro suficiente para pagar a obra, foi comprando o material aos poucos. Os moradores tiveram de arcar com a mão-de-obra. “Todo mês eu tirava uma parte do meu salário para o material. Foram seis meses construindo esse muro. Daria hoje pra comprar um carro”, explica o vereador. “Muita gente pode dizer que eu sou louco, mas tinha dado a minha palavra e não podia recuar. Hoje, essa comunidade é o carro chefe que eu tenho”.

O vereador conta que, tempos depois, pessoas dessa comunidade foram ao seu escritório levar um ventilador de teto de presente. O escritório tinha sido arrombado meses antes, e, entre as perdas, estava um circulador de ar que ficava na recepção, onde esperam atendimento, em média, 50 pessoas por dia. O vereador conta que ficou emocionado com a “sensibilidade” das pessoas, já que sempre adiava a reposição dos objetos furtados, em função dos pedidos dos eleitores, considerados prioritários: “Você tem tanta coisa para comprar, tanto compromisso... uma grade para um condomínio, tinta pra escola, material escolar pra criança...”

Como nesse exemplo do muro, muitas pessoas lotam as salas de espera dos vereadores em busca das soluções para os seus problemas. Na maior parte das vezes, são falta de emprego, casa e bens de todo tipo. Em geral, são pessoas que procuram os gabinetes ou escritórios individualmente ou em pequenos grupos, sem um sentido institucional, organizado, como associações de bairro ou profissionais (a menos que o próprio vereador tenha sido o “patrono” da sua criação).

Esse tipo de busca por soluções, respeitada a diferença de contextos, parece bastante similar à descrição de Fry e Howe (1975) das filiações religiosas no pentecostalismo e na umbanda. Os autores mostram que a existência de uma “aflição”, seja um problema de saúde, de emprego, dívidas ou relacionamentos pessoais, é pré-condição para que a filiação aconteça. Assim, o indivíduo procura a associação religiosa como uma “estratégia social”, buscando uma “agência” de resposta para os seus problemas (p. 85). Tudo indica que a procura pelos vereadores representa um tipo de “estratégia social” similar.

O vereador, em geral, não sabe se as pessoas que o procuram são suas eleitoras. Assim, quem chega para fazer um pedido, preenche uma ficha com nome, endereço e título de eleitor – número, zona e seção eleitoral. Esse tipo de registro não é feito apenas pelos chamados *assistencialistas*. Todos os vereadores, independentemente de prestarem atendimento, mantêm um cadastro de nomes e endereços

de potenciais eleitores. A listagem, que pode chegar a mais de 50 mil registros, serve principalmente para envio de mala-direta.

Seja qual for o teor do atendimento, existe um consenso entre os parlamentares de que receber e ouvir a população é um “dever do homem público”. No caso daqueles que adotam a estratégia *assistencialista*, porém, existe uma estrutura elaborada para incrementar trocas de serviços e bens materiais. Para atender a um número grande de pessoas, o vereador utiliza os cargos comissionados. No lugar da assessoria legislativa, prefere contratar profissionais especializados nas áreas de maior demanda da comunidade a que estão associados, como advogados, psicólogos, médicos, assistentes sociais, professores, mão-de-obra operária e até parapsicólogos.

Um vereador conta que sua equipe de trabalho “vasculha a comunidade levantando os problemas” e constrói “até escolas”, se necessário. Geralmente, são pessoas que prestam algum tipo de serviço especializado. Em função desse tipo de utilização da assessoria, muitos vereadores acham insuficientes os vinte assessores comissionados a que têm direito.

O vereador *assistencialista*, também freqüentemente acusado de “fisiológico”, tem vários argumentos para justificar sua forma de conduzir o mandato. Além de carente, a população atendida é formada por pessoas que fazem parte de seu universo de origem. Segundo seu modo de ver, solucionar problemas como buracos na calçada, lâmpadas queimadas, esgotos entupidos, ou doar óculos e dentaduras, é uma forma de “melhorar a qualidade de vida das pessoas”, já que “o poder público não resolve”. As pessoas que recebem ajuda são conhecidas “pelo nome”, são “uma grande família”. Como no episódio do muro, vêm de comunidades para as quais não se pode negar ajuda. O vereador explica: “Eu moro na comunidade, eu nasci lá. Então, alguém chega e diz pra você: ‘Eu não tenho dinheiro para comprar material pro meu filho’. Eu não sei como dizer que eu não vou dar.”

Os cofres públicos são a principal origem do dinheiro que financia esse tipo de atendimento. Na maioria das vezes, os vereadores repassam os pedidos das comunidades para os órgãos da administração municipal responsáveis pelo serviço. Grande parte dos pedidos requer providências imediatas, como obras de pavimentação, construção de creches, iluminação etc. Dessa forma, o acesso ao Poder Executivo torna-se um dos instrumentos fundamentais para o exercício da vereança.

Através dos próprios colegas, o vereador também pode conseguir, por exemplo, que seu centro de assistência social seja considerado uma entidade de “utilidade pública”, com direito a incentivos fiscais. Além disso, a aprovação de indicações, emendas e projetos de lei pode garantir a determinadas comunidades o atendi-

mento de suas reivindicações, como, por exemplo, a construção de uma passarela de pedestres. No entanto, no caso do tipo *assistencialista*, a solução imediata é a mais freqüente. Como no episódio do muro, a urgência dos pedidos faz com que os vereadores muitas vezes “metam a mão no próprio bolso para contribuir”, conforme explicou um deles. Em alguns casos, também recorrem à ajuda de amigos empresários.

Assim como a campanha, o exercício do cargo parlamentar é visto como sendo cheio de “sacrifícios”. O atendimento ao eleitor é visto como uma atividade quase diletante, feita por aqueles que não se importam de abrir mão de confortos pessoais em nome das necessidades da população “carente”. Além do sacrifício de ordem financeira, existe a falta de tempo para a vida pessoal, decorrente de um dia-a-dia extenuante de trabalho e dedicação aos eleitores. Na rotina padrão, descrita pelos vereadores *assistencialistas*, o dia começa às sete da manhã, com reuniões nas comunidades. O mesmo ocorre à noite e nos finais de semana. Um vereador explica por que sua agenda está sempre lotada: “Eu tenho uma meta de três reuniões por noite e dez por final de semana. Quando não atinjo por causa das votações, jogo mais reuniões pro final de semana.”

Esse tipo de político costuma ver a si próprio como um “benfeitor” dos necessitados. O desfecho do episódio da construção do muro reflete essa característica, mostrando que os atendidos pela obra reconhecem sua “generosidade” através de um presente. Outros parlamentares narram que freqüentemente recebem agradecimentos do gênero. Um vereador, por exemplo, conta que uma associação de moradores agradeceu a liberação de projetos na sua área chamando-o para ser o “patrono da comunidade”. Outro acha que, por prestar tantos anos de atendimento, merecia um “busto em praça pública”.

A conquista e a oferta de votos estão sempre presentes nas entrelinhas dessas trocas, pedidos e retribuições. Os eleitores que pedem antes da eleição costumam prometer o voto. Os que pedem depois garantem ter votado, ou recomeçam o ciclo prometendo votar no candidato no próximo pleito.

O trabalho de campanha geralmente dá ao vereador *assistencialista* uma noção dos lugares onde deve receber maior votação, já que esta tende a ser concentrada. O fato de morar em determinado bairro ou ser indicado por alguém do local pode ser decisivo para dar credibilidade às promessas e garantias do eleitor. Em alguns momentos, a contrapartida é explicitada de modo claro, como explica um vereador: “Nós temos um *débito* com essa população, que nos *honrou* com o voto.”

O fato de atender aos pedidos dos eleitores não é apenas saldar uma dívida, mas reforçar o vínculo, instaurando uma nova prestação. Como aconteceu no

episódio da construção do muro, a comunidade beneficiada demonstra “gratidão”, mas a “generosidade” do vereador acaba finalmente revertendo em seu benefício direto, transformando aquele grupo em seu “carro chefe”, isto é, em seu reduto eleitoral mais forte.

*

O vereador *ideológico* também mantém uma rotina de contatos com a população. Vejamos um exemplo de seus padrões de comportamento a partir do dia de trabalho de vereador em particular.

O parlamentar, eleito pela primeira vez em 1992, tinha a agenda lotada de compromissos previamente marcados. Saiu de sua casa, em Copacabana, na Zona Sul, às oito horas da manhã, acompanhado por sua “assessora para assuntos de saúde” e por mim (como observadora). Seguimos de carro, com motorista, para o Posto de Atendimento Médico (PAM) de Irajá, onde havia uma reunião marcada para discutir os termos do projeto de lei que regulamenta a criação dos Conselhos Distritais de Saúde. A sala era modesta, com uma mesa para os debatedores e cadeiras para a platéia improvisada. Aos poucos, foram chegando cerca de 40 pessoas. Estavam presentes, entre outros, um representante do Conselho Municipal de Saúde, alguns funcionários da Secretaria Municipal de Saúde, representantes de outros postos de atendimento da região e muitos dirigentes de associações de moradores da vizinhança. Todos assinaram um livro de presenças, e alguns se inscreveram para falar. O vereador começou expondo sua visão sobre fazer leis e a necessidade de ouvir as diversas opiniões da sociedade. Explicou que não estava interessado em ser o autor de “mais um” projeto de lei. Preferia reapresentar, com algumas modificações, um projeto, arquivado pela legislatura anterior. Comentou também a precariedade dos hospitais e das leis na área de saúde. Pediu, então, para que as pessoas dessem suas opiniões sobre o projeto em pauta. Muitos falaram, mas a maioria não tratou especificamente dos termos legais. Falou-se da dificuldade de “tirar as leis do papel”, da falta de participação das comunidades e do abandono do povo pelos governantes. O representante do Conselho Municipal de Saúde trouxe de volta a discussão sobre o projeto, e uma senhora apresentou questões. Nesse momento, porém, o vereador avisou que teria de ir embora e pediu que os resultados da reunião fossem transformados em um documento. Falou rapidamente sobre seu passado político, de militante estudantil cassado pela ditadura, sobre a dificuldade de se aprender a participar e que o trabalho que estavam fazendo era “lento mesmo” – os frutos nunca vindo a curto prazo. Quando saímos da sala de

reunião, o vereador lamentou-se de ter “falado demais” e se desviado do assunto.

Neste primeiro compromisso, pode-se dizer que o vereador esteve em contato com o eleitor ideal da prática *ideológica*. Eram pessoas mais ou menos “politizadas” e integrantes do “movimento popular organizado”, como sindicatos, associações de classe, de bairros, étnicas e religiosas. Esse tipo de vereador espera, justamente, lidar com grupos que sejam representativos de uma coletividade e estejam interessados em aprofundar sua participação no “processo político”, buscando algo mais do que a satisfação de suas necessidades imediatas.

A maioria desses vereadores procura receber em seu gabinete, ou em encontros fora da CM, grupos mais ou menos organizados. Por exemplo, a agenda de um vereador, considerado por seus pares como “tipicamente ideológico”, envolve ações como fazer panfletagem às cinco da manhã na porta de uma fábrica, receber um grupo de deficientes físicos buscando apoio numa causa contra o INSS ou participar de eventos do movimento sindical. Certa vez, o roteiro de alguns vereadores, com esse mesmo perfil, incluiu uma visita-surpresa à Fundação Leão XIII (instituição da Prefeitura que abriga mendigos e pessoas sem lar), com o objetivo de denunciar a falta de higiene, maus-tratos e precariedade das instalações; um encontro com “profissionais da educação” para discutir o plano de cargos e salários que iria ser votado na CM; e uma reunião com representantes dos “ambulantes” a respeito de um projeto de lei.

Esses são alguns exemplos de contatos estabelecidos entre vereadores e eleitores considerados do tipo *ideológico*. Ainda que o vereador tenha vínculos com determinadas categorias, o modelo ideal é o vereador que trabalha em nome de causas representativas de um grupo organizado ou coletividade. Procura-se, com maior ou menor grau de empenho, dependendo do parlamentar, não estabelecer qualquer tipo de negociação relacionada à obtenção de votos. Além de “votar espontaneamente”, o eleitor não deve esperar ganhos materiais ou benefícios pessoais.

Um vereador *ideológico* conta, por exemplo, que um dia, na praia, um senhor se aproximou dizendo que era seu eleitor e perguntou: “Você não vai agradecer o meu voto?” O vereador respondeu que não, que “não achava que devia agradecer aos meus eleitores. Meus eleitores votaram em mim porque me delegaram o mandato e vão me julgar pelo trabalho que eu estou fazendo”. Sua posição contrasta com a do vereador *assistencialista*, que classifica o voto como uma “honra” que deve ser retribuída. O *ideológico* espera que seus eleitores entendam o voto e o trabalho parlamentar como bens *políticos*.

Para alguns, os limites da representação *ideológica* são dados pela “atividade legislativa”, embora a definição do que seja essa atividade também seja objeto de

disputas. O vereador que participou da reunião no PAM de Irajá seguiu esse critério, atendo-se a atividades que visavam ao aprimoramento de um projeto de lei. Para justificar essa opção, o parlamentar explica que não deve tomar iniciativas guiando-se por sua “própria cabeça” – é necessário promover consultas e debates com a participação da “sociedade civil organizada”. Idéia semelhante aparece na explicação de um grupo de assessores de outro vereador, quando perguntado sobre os projetos do mandato: “O vereador não quer ser um autor de leis. A autoria das leis deve caber ao movimento organizado.”

O vereador *ideológico* deve ser um “instrumento” da população junto à esfera de poder municipal. O eleitor deve compreender os limites de sua atuação, participando do mandato através de causas coletivas – as únicas legítimas, segundo esse tipo de representação política.

Na prática, porém, as atividades do vereador *ideológico* não se reduzem ao encaminhamento de proposições ao plenário. Como no caso dos *assistencialistas*, o acesso ao Poder Executivo é um recurso importante para atender às reivindicações da população. A diferença básica entre *assistencialistas* e *ideológicos*, no que diz respeito aos recursos da Prefeitura, é que os primeiros procuram fazer com que a comunidade interessada contate diretamente o órgão municipal desejado, tendo independência para negociar e resolver seus problemas.

Um exemplo dessa postura pode ser encontrado no caso de um vereador procurado por uma associação de moradores que necessitava de uma creche. O parlamentar conseguiu marcar uma reunião com o secretário de Ação Social do município. No dia do encontro, levou os representantes da associação para relatarem pessoalmente suas dificuldades. Dessa forma, explica o vereador, evitam-se vínculos do tipo vereador/benfeitor e comunidade/gratidão que, em sua opinião, são o principal vício da prática *assistencialista*. Quando os casos são resolvidos, este parlamentar esclarece que a solução é mérito do grupo, e não “benefício” ou “presente” seus.

Diversos vereadores adotam posturas semelhantes, atribuindo à organização das comunidades o resultado positivo de suas intermediações. Assim, um parlamentar afirma que um projeto seu foi aprovado apenas porque o grupo envolvido participou, encheu as galerias e pressionou os demais parlamentares. O próprio projeto foi elaborado em conjunto com a categoria. Na opinião do vereador, sua única responsabilidade foi ser o “porta-voz” da vontade coletiva. A prática *ideológica* deve refletir os problemas e as preocupações da população, reforçando a idéia do vereador como “instrumento” em contraposição à do vereador-patrono.

*

Antes de falar dos problemas da classificação “assistencialistas” vs. “ideológicos”, vejamos um quadro que resume os principais pontos acima mencionados:

	<i>assistencialistas</i>	<i>ideológicos</i>
eleitor	individual grupos locais relação pessoal necessidade gratidão	coletivo movimento organizado relação “política” reivindicação direito
vereador	assistência benfeitor patrono	trabalho “instrumento” porta-voz

Por ser esquemática, esta classificação não contempla todas as dimensões das relações entre vereadores e população. Nem sempre a troca se efetiva de acordo com a expectativa dos participantes, pois existem *diferentes interpretações* em jogo, tanto por parte dos vereadores quanto dos eleitores.

Em seu famoso “Ensaio sobre a dádiva”, de 1924, Mauss mostrou como a troca tem um significado social mais amplo do que o mero intercâmbio de bens. A partir da análise de rituais como o *potlatch*, do noroeste americano, e o *kula*, da Melanésia, o autor distingue fenômenos que articulam todas as instituições sociais (religiosas, jurídicas, morais, econômicas e de caráter estético). Tanto o *potlatch* quanto o *kula*, de formas diferentes, são *sistemas de dádivas* que envolvem a obrigação de *dar, receber e retribuir*, motivada pelo fato de a coisa trocada possuir o *hau* – o espírito, a alma, do seu doador, que quer voltar ao ponto de origem. Assim, a circulação de coisas é também uma circulação de pessoas, de “respeitos” e “gentilezas” mútuos, em que os sujeitos das dádivas doam sua própria virtude, movimentando alianças e disputas sociais.

Sobre este ensaio, Lévi-Strauss escreveu “O princípio da reciprocidade”, em 1947, procurando mostrar como fenômenos particulares da nossa sociedade atual poderiam ser vistos sob a ótica do sistema de dádivas. A destruição de certos bens, a troca de presentes de Natal, a organização de festas e mesmo uma singela troca

de copos de vinho no sul da França podem significar que existem, ainda vigentes, trocas onde “há algo mais do que coisas trocadas” (p. 99). Nelas, o *princípio da reciprocidade* estaria presente, garantindo, como nas obrigações de dar, receber e retribuir, a manutenção da aliança entre aqueles que trocam.

Voltando aos vereadores, vale a pena destacar um episódio ocorrido durante o trabalho de campo. Na ocasião, observei uma entrevista entre um vereador classificado como *ideológico* e dois representantes da “sociedade civil”. O homem e a mulher, conhecidos do parlamentar, estavam com problemas de fiscalização em sua loja de artesanato. Queriam ajuda, pois os fiscais alegavam que vários produtos vendidos na loja não preenchiam as exigências legais e teriam de ser apreendidos, sob pena de fechar-se o estabelecimento. O casal explicou que sua loja era a única do ramo que estava sendo fiscalizada com tanto rigor e que seu fechamento iria acarretar prejuízos, principalmente para os seus fornecedores de “produção caseira”. Procuraram o vereador por sua simpatia pela arte popular e pelos produtos vendidos na loja.

Diante do problema, o parlamentar ouviu as explicações, pediu detalhes e ao final disse que havia duas atitudes a tomar. Era necessário rever a legislação em vigor, pois o critério usado pela fiscalização não lhe parecia correto. Seria preciso promover reuniões, incluindo comerciantes, produtores e legisladores para discutir modificações. No entanto, isso não resolvia o problema imediato. Assim, “a curto prazo”, explicou o vereador, era preciso falar com o secretário municipal responsável por aquele tipo de fiscalização. O secretário, aliás, era um cara “legal”, “cabeça feita”, e certamente iria conseguir uma solução alternativa para o caso.

Foi esse mesmo vereador que disse a outro eleitor que “voto não se agradece”. Embora seja um típico *ideológico*, segundo as classificações de seus pares, sua atuação apresenta variações em relação a essa visão mais esquemática da prática política. O compromisso voto/mandato, a partir da campanha, dá início a uma série de trocas que reforçam a idéia dos parlamentares de que o mandato instaura uma dívida e, da parte dos eleitores, que o voto lhes garante um crédito. Em todos os momentos de negociação, seja em campanha ou no exercício do mandato, existem diversas qualidades de bens circulando.

No episódio da fiscalização, o vereador se sente na *obrigação* de atender ao apelo dos comerciantes. A ida ao gabinete é um indício de que o casal pode ser seu eleitor e, portanto, de que existe um compromisso. O interesse material é colocado em segundo plano. Em seu lugar, valoriza-se um sistema de valores, associado à loja de artesanato e aos produtores caseiros – estes apontados como os grandes prejudicados pela fiscalização. Os fiscais insensíveis são uma ameaça à filosofia

de vida “alternativa”, compartilhada pelo casal, pelo vereador e, possivelmente, pelo secretário.

Trocas envolvendo bens de todos os tipos estão sempre acontecendo, independentemente da linha *ideológica* ou *assistencialista* do político. Uma das atividades que mobiliza todos os vereadores, por exemplo, é a tarefa de conseguir vagas em escolas. Esse tipo de solicitação é freqüentemente atendida pelos parlamentares, embora alguns se dediquem a isso muito mais intensamente do que outros.

Assim, a vereança tem sempre uma *vertente de assistência* à população. No caso das vagas de escola, essa assistência é justificada em função de valores como educação, direitos da criança e cidadania. Num certo nível, todos os vereadores prestam algum tipo de serviço à população. No discurso *assistencialista* privilegia-se o código das relações pessoais, enquanto no *ideológico* prevalece um ideal de cidadania vinculado a valores mais universalistas e impessoais.

*

Ao entrar em contato com os vereadores, muitas vezes as pessoas querem mais do que uma simples solução para um problema específico, seja material ou político. Muitos encontros são um pretexto para mostrar, como disse uma vereadora, que o parlamentar “não abandonou a comunidade”, que continua “sendo a mesma coisa”, isto é, que compartilha valores e crenças daquele universo.

A garantia da representatividade é dada pela manutenção de certos *vínculos culturais* com os eleitores. Não basta estar no gabinete, trabalhando em seu nome; é preciso continuar, de alguma forma, participando do mundo de seus eleitores. “Não mudar” é um símbolo dessa fidelidade que aparece em diversas entrevistas com parlamentares. Reunir-se para conversar com os eleitores depois da posse é uma prática muito comum em todos os mandatos, pois é uma forma de estimular a manutenção de uma aliança mais ampla, *cultural*, entre os envolvidos.

Nos casos de parlamentares com votação bem distribuída por toda cidade – e, portanto, sem um local específico para visitar –, os encontros costumam acontecer na própria CM. Um ex-vereador, por exemplo, figura pública ligada à música popular e ao futebol, conta que recebia sempre em seu gabinete pessoas interessadas nesses assuntos. Às vezes, queriam apenas saber sua opinião sobre um cantor ou um time de futebol.

Os encontros também podem acontecer em ocasiões informais ou festivas. Muitos vereadores, assim como políticos em geral, são convidados para casamentos, batizados e festas de quinze anos. O comparecimento é visto como uma obrigação

política. Mandar um presente apenas não basta. A presença do parlamentar é um símbolo de prestígio para os donos da festa.

Em alguns casos, o contato pode ser motivado por um problema pessoal do eleitor, sem envolver quaisquer pedidos de ordem material. Um vereador que também é médico, por exemplo, lembra o caso de um rapaz, filho de um amigo, que foi ao seu gabinete para falar sobre o tamanho do pênis. Depois de vencer a timidez, explicou que achava seu pênis muito pequeno e tinha ouvido falar de uma cirurgia que podia ampliá-lo. Queria saber o que o vereador achava e se podia ajudar. O parlamentar conversou sobre o problema e depois resolveu começar enviando cartas às secretarias de Saúde do município e de outros Estados pedindo informações sobre a cirurgia.

Ao relembrar o episódio, o vereador explica: “É claro que, se uma pessoa me procura pra isso, é porque pra ela é uma coisa importantíssima, fundamental para a sua vida.” Diante dessas situações, acha que o parlamentar tem obrigação de ajudar. “Não cabe um discurso político para dizer que nós não estamos aqui pra isso”, afirma. Ao encaminhar uma solução para o problema, o vereador retribui a confiança do eleitor, utilizando seus acessos aos mundos da moderna medicina e do governo de vários Estados.

Episódios semelhantes se repetem, seja com vereadores *ideológicos*, seja com *assistencialistas*. Eleitores como o do exemplo acima vêm em busca de uma relação que dê continuidade ao vínculo político-cultural estabelecido durante a campanha. Como diz um vereador: “Você é carinhoso quando precisa do voto; é gentil, agradável, solícito.” Depois da eleição, a população quer continuar a ser “ouvida, respeitada e considerada”. O fato de alguém procurar um vereador para tratar de um problema como o tamanho do órgão sexual é um indício de que muitas vezes o parlamentar também age como um *mediador cultural*. Essa característica vai ser desenvolvida durante todo o mandato, quando o convívio com distintos universos culturais é reforçado.

*

A discussão a respeito da *mediação cultural* ganha uma luz especial com a análise de Bakhtin (1987) sobre a vida e a obra de Rabelais, assim como o trabalho de Ginzburg (1987) sobre o moleiro Menocchio. Ambos vão mostrar seus personagens como indivíduos que de alguma forma participaram, ao mesmo tempo, de mundos culturais distintos. A idéia bakhtiniana de *circularidade*, explorada também por Ginzburg, procura dar conta de um espaço que havia, mesmo na sociedade

européia de fins da Idade Média e renascentista, para a convivência e a troca de experiências simbólicas entre diferentes mundos culturais. Assim, aos olhos de Bakhtin, Rabelais é aquele que soube expressar exemplarmente a multiplicidade desses mundos que faziam parte de seu repertório cultural, convivendo na sua prosa, simultaneamente, a experiência vital da cultura popular carnavalesca e a esfera acadêmica e religiosa do mundo erudito da época, simbióticas uma da outra.

Ginzburg, por sua vez, vai buscar nos depoimentos de Menocchio, preservados nos autos do processo inquisitorial a que foi submetido na região do Friul, durante o século XVI, a possibilidade de entrever duas tradições culturais distintas conversando entre si – uma com raízes profundas na cultura popular, na tradição oral camponesa, e outra herdeira da cultura de elite. Ainda que esta última estivesse representada fundamentalmente pela figura do inquisidor, o mérito de Ginzburg foi justamente o de ter visto a riqueza e a complexidade do pensamento de Menocchio, que deixava à mostra seu conhecimento de diversas obras literárias da época, relidas e contaminadas pela ótica de sua cultura camponesa.

Tanto Ginzburg quanto Bakhtin destacam o lugar singular dos papéis sociais ocupados por Rabelais e Menocchio – o primeiro, padre, médico e escritor; o segundo, moleiro. Ambas são posições estratégicas de mobilidade nas sociedades em questão. Respeitados os limites históricos e culturais, poderíamos dizer que a posição do vereador é análoga à desses dois personagens. Sua dimensão política e urbana lhe confere especificidade.⁷

Cabe destacar também o trabalho de Landé (1977), que aponta para o papel dos *brokers* em certos contextos políticos. O *broker* estaria diretamente relacionado à importância assumida pelas relações pessoais – nos termos do autor, *alianças diádicas* – como estratégia de atividade política em determinadas sociedades.⁸ A análise de uma série de *alianças diádicas*, formando verdadeiras *networks* no campo político, permitiria que o pesquisador dessas sociedades observasse relações entre indivíduos de diferentes grupos e categorias sociais, assim como entre certos componentes de um grupo, bem como entre indivíduos sem laços institucionalizados (ver também Epstein, 1969).

Já Friedrich (1968) propõe o termo *political middleman* para falar de um papel político que, na sua visão, é ainda mais amplo do que o do *broker*, na sua acepção restrita. O *middleman* atuaria simultaneamente como *mediador*, *tradutor* e mesmo *broker*, ocupando espaços políticos de negociação entre grupos separados entre si por distâncias políticas, mas, principalmente, por *gaps culturais*. Assim, o *political middleman* seria principalmente um ator capaz de “falar” muitas línguas, manipulando diferentes códigos e valores culturais envolvidos na mediação.

Tanto a idéia de *broker*, proposta por Landé, quanto a de *political middleman*, de Friedrich, falam de papéis semelhantes, onde certos indivíduos, participando de diversas alianças, atuam como *mediadores* entre grupos que não teriam oportunidade de interagir sem sua interferência. Em ambos os casos, os benefícios não são apenas para as partes mediadas, mas também para aquele que promove a negociação. Pelo fato de ocupar uma posição estratégica, o mediador pode influenciar diretamente na qualidade da relação, no sentido de adequar a posição das partes à sua própria possibilidade de atendê-las, e, com isso, obter também benefícios para si próprio.

Os vereadores, segundo observamos, muitas vezes ocupam essa posição estratégica. A mediação política, própria da dinâmica do mandato, é também uma *mediação cultural*. Em relação ao eleitor, o parlamentar é alguém que ao mesmo tempo participa do seu mundo, mas não é um igual. Seu papel é estratégico exatamente por isso, pois permite o acesso a outros mundos e universos culturais.⁹

Notas

¹ Uma versão preliminar deste capítulo foi publicada originalmente com o título “Em troca do mandato: a relação entre vereadores e seus eleitores”. *Comunicações do PPGAS*, n° 5, março, 1995, p. 61-84.

² As aspas indicam que o significado da palavra “política” varia de acordo com os diversos grupos estudados. Isto vale para todo este capítulo, mas, para não sobrecarregar o texto, utilizo, a seguir, a palavra sem aspas.

³ “População” e “eleitor” são praticamente sinônimos na linguagem dos vereadores, principalmente fora do plenário, como também foi observado por Costa (1980), em relação ao Congresso Nacional.

⁴ O uso de aspas indica que esses são termos próprios do universo investigado, mas a seguir utilizo as palavras grifadas em itálico para facilitar a leitura.

⁵ Ver Palmeira (1992:28).

⁶ As características da chamada prática assistencialista de fato parecem muito semelhantes às do clientelismo, tal como analisado por Diniz (1982a). Entretanto, nas classificações do grupo feitas pelos vereadores, “clientelista” é bem menos usado do que “assistencialista”. A compreensão do clientelismo – estratégia de conquista do poder através de um “sistema de lealdades” e trocas entre candidato e eleitores (Diniz, 1982b) – está fortemente vinculada a certos fenômenos políticos, como o chaguismo, no Rio de Janeiro, e o malufismo, em São Paulo. Ao adotar o termo “assistencialista”, procurei ampliar o alcance da classificação, buscando dar conta da complexidade da sociedade que analisamos e, conseqüentemente, também da maior heterogeneidade nos padrões de “assistência” dos vereadores para seus eleitores (ver Kuschnir, 2000).

⁷ Para um estudo sobre a abordagem de Bakhtin e Ginzburg em relação à cultura popular, ver Kuschnir (1993b).

⁸ Bezerra (1995) explora diretamente esse tema, mostrando como a corrupção política na sociedade brasileira está diretamente vinculada a um amplo sistema de relações pessoais entre os envolvidos.

⁹ Sobre a associação entre mediação cultural e política, ver, entre outros, Velho e Kuschnir (1996) e Kuschnir (2000).

Trânsito e Aliança: a negociação no plenário¹

A maior parte do tempo dos vereadores eleitos para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro é dedicada à *mediação de alianças*, seja através do contato direto com a população de eleitores e o Poder Executivo da cidade, seja indiretamente, através da negociação interna ao seu próprio grupo. Neste capítulo, procuro, através de um material etnográfico sobre a prática legislativa, levantar questões sobre a atividade política de representação, focalizando especificamente o momento dessas negociações dos parlamentares *entre si*.

O início de uma Sessão Ordinária na Câmara de Vereadores, em geral, é um momento de unanimidade. Passada a primeira parte do Grande Expediente, onde se fazem os discursos mais longos, passa-se às matérias de “votação simbólica”. Nestas, o presidente simplesmente lê o conteúdo da proposição e declara: “Os senhores vereadores que aprovam queiram permanecer como estão... Aprovado.”

Durante toda a manhã e pelo começo da tarde, assessores circulam pelos gabinetes recolhendo assinaturas “de apoio” dos outros vereadores para as suas proposições. Geralmente, o conteúdo das matérias que conseguem apoio de todos os vereadores, assim como daquelas que são aprovadas unanimemente em votação simbólica, corresponde a pedidos de urgência para um projeto, indicações para concessão da Medalha do Mérito Pedro Ernesto (homenagem da CM/RJ), moções de apoio ou repúdio, indicação de nomes de ruas, concessão de “título de utilidade pública” a alguma instituição e outras propostas do gênero. Em todos os casos, a aprovação é unânime mas a proposição é assinada por um ou mais vereadores.

Nessas horas, não há segregação de partidos, tendências ou grupos. Vereadores que normalmente se enfrentam na tribuna em votações de projetos de lei assinam o mesmo documento. A *interdependência* é uma das características fundamentais para entendermos como se passam as negociações no ambiente legislativo. Como explica um vereador, a ação conjunta é uma questão de sobrevivência dentro do grupo:

É preciso manter sempre uma boa relação porque *aqui você está o tempo todo dependendo dos outros*. Qualquer coisa você precisa de quatorze assinaturas pra isso, 22 praquilo. [...] Então não adianta você achar que pode viver em guerra com os outros vereadores, porque se você fizer isso você acaba não conseguindo fazer nada aqui dentro (grifo meu).

A observação do trabalho legislativo evidencia que o grupo está sempre demonstrando a si próprio que a possibilidade de alianças é latente, mesmo entre aqueles de posições mais distantes. Como fica claro no depoimento acima, todos sabem que, *num certo nível de atuação*, o voto dado (a favor de um projeto ou proposição) deve significar voto retribuído. Por outro lado, a garantia de reciprocidade é condicionada pelo valor atribuído ao conteúdo das matérias em questão. É como se estivesse implícito no voto de cada um o reconhecimento de que o mandato deve garantir pelo menos a aquisição de alguns direitos básicos.

Para cada político, individualmente, a possibilidade de fazer alianças nos momentos de disputa está diretamente relacionada com sua disposição de concordar com esses momentos de unanimidade tácita. Querer aprovar um projeto de lei de sua autoria é um dos primeiros motivos que levam um vereador a compreender a necessidade de buscar apoio dos outros vereadores, mesmo daqueles que a princípio são seus adversários ou discordam de suas idéias. Para muitos vereadores, o exercício do mandato só tem sentido se for capaz de produzir as maiorias necessárias às vitórias em plenário e à aprovação de seus projetos de lei. Por isso, existe a necessidade diária de articular adesões à sua própria causa.

Ter “*bom trânsito*” e capacidade de fazer acordos aparece então como valores básicos do exercício do mandato. Em certas ocasiões, a habilidade de “fazer costuras” e de “tolerar as diferenças” está entre as adjetivações de maior prestígio no julgamento que os vereadores fazem uns dos outros. Para um dos vereadores entrevistados, eleito pela primeira vez em 1992, seu maior aprendizado tem sido conquistar adesões. Ele conta o seu método: “Eu não sou juiz de ninguém aqui dentro. Não me cabe julgar se fulano funciona bem ou mal. Eu preciso é de votos. Então eu *tenho que dialogar...*”

Tanto a unanimidade de certas votações quanto os acordos negociados trazem implícita essa idéia de “não julgar o outro”. Um vereador, ex-líder de governo em legislaturas passadas, explica que seu êxito como liderança dependia diretamente da sua “paciência”, do seu “jogo de cintura” e da sua capacidade de “engolir sapos”. Mas todo esse esforço valia a pena porque lhe garantia o “*acesso permanente a todos*

os vereadores”. Em entrevistas e na tribuna, muitos vereadores gostam de valorizar o fato de serem pessoas “abertas”, “não-radicais”, “dinâmicas” e, freqüentemente, “nem de direita, nem de esquerda”. A “mobilidade” é, segundo os vereadores, uma saída para não ficar “isolado” do grupo.

Esta posição está o tempo todo refletida nas reuniões dos vereadores, seja em plenário, seja nas dependências da Câmara. Quase sempre predomina um clima de relações cordiais entre os parlamentares. Ter “bom trânsito” não se restringe aos contatos ligados aos atos legislativos. Sua manifestação mais freqüente é simbólica, vivida nas conversas banais do dia-a-dia, nos comentários sobre as roupas de uns e de outros, na troca de elogios, nos apertos de mão, nos sorrisos, nos cumprimentos, no oferecimento de café, balas e salgadinhos nas horas de fome e cansaço, na atualização de fofocas amorosas e assim por diante.

Na prática, porém, tanto a igualdade garantida pelo título de vereador como a valorização do acordo e da mobilidade se manifestam em níveis bem distintos entre si. A despeito dos critérios de diferenciação, como número de votos conseguidos na eleição, experiência política, representação partidária, entre outros, o fato de serem todos vereadores, “igualmente eleitos pelo povo”, como costumam dizer, deve ser respeitado e reconhecido como uma garantia de que as relações entre eles devem ser *igualitárias*.

Sobre isso, um vereador lembra que um companheiro seu foi extremamente criticado pelo grupo por ter invocado sua votação – uma das maiores daquele pleito – para obter prioridade em relação a outro vereador bem menos votado. Aqui, sem dúvida, temos um exemplo claro de tentativa malsucedida de usar o “Você sabe com quem está falando?” (Da Matta, 1979) para criar uma relação hierárquica, em um grupo que invoca para seus integrantes a igualdade de direitos.

Essa “igualdade”, no entanto, está sujeita a determinados contextos e, sobretudo, a interpretações diferenciadas dos seus membros. Um episódio, contado por diversos vereadores, ilustra este ponto. Em certa ocasião, um vereador foi preso por participar de uma manifestação de protesto de uma categoria profissional. Ele próprio lembra que muitos vereadores foram até a delegacia prestar solidariedade – mesmo seus maiores desafetos estiveram presentes. Alguns meses mais tarde, outro vereador foi preso, desta vez sob a acusação de ter cometido irregularidades na campanha. Novamente, um grupo grande de vereadores saiu da Câmara para prestar solidariedade ao vereador acusado. No entanto, o vereador do caso anterior fez questão de *não* ir à delegacia porque, segundo ele, acreditava na culpa do acusado. Sua omissão fez com que vários vereadores fossem à tribuna cobrar a sua “falta de solidariedade”, logo ele, que tinha recebido manifestação semelhante.

O caso ilustra, portanto, que existem pelo menos duas interpretações diferentes do significado da qualidade adquirida pelo diploma de vereador. Para uns, há, acima de tudo, um “espírito de corpo”, como se fala dentro da própria Câmara, que procura criar uma “cumplicidade” atuante em termos de proteção do grupo contra qualquer ameaça, vinda de fora ou de dentro, que coloque em risco alguns de seus membros. Para outros, esse englobamento existe, mas tende a ter limites bem mais estreitos, circunscritos apenas a certas atividades legislativas. Vereadores desta última posição reconhecem que a “solidariedade” é uma estratégia própria e essencial da atividade política, mas explicam que isso não pode significar uma aliança incondicional.

Colocando em foco essas duas interpretações, os episódios das referidas prisões servem aqui para mostrar a questão da dependência mútua dos vereadores como um fator importante na constituição de uma “solidariedade” que, mesmo condicional, é um valor crucial para o grupo. Por outro lado, convive-se com uma permanente tensão entre o nível das relações pessoais e o nível das relações políticas no cotidiano da CM. Alguns interpretam a convivência e, principalmente, a construção de alianças políticas como uma construção *também* de alianças pessoais, enquanto para outros as duas coisas devem estar separadas.

Apesar de receberem os mesmos diplomas e terem todos os mesmos direitos e deveres regimentais, os vereadores já chegam à Câmara com certas marcas de diferenciação entre si. O critério inicial dessa distinção, definido pelo próprio Regimento Interno, é o número de votos recebidos pelo vereador. Assim, durante a diplomação, toda a responsabilidade na condução dos trabalhos é do vereador mais votado, até que seja eleita a Mesa Diretora (RI, art. 3º, § 1º). Isso reflete, por sua vez, um critério subjacente, mas não menos importante, que é o da *representação partidária*, isto é, o tamanho da bancada dos partidos.

O fato de pertencer a um dos partidos com maior número de parlamentares dá ao vereador uma série de prerrogativas que são um reflexo do seu potencial de mobilizar os votos de seus companheiros de legenda ou mesmo dos partidos aliados na disputa eleitoral. Da mesma forma, o critério da *experiência política* é fator importante de diferenciação dos vereadores; os que a detêm são os políticos que tendem a ter destaque em papéis cerimoniais e indicação para cargos administrativos.

A cerimônia de posse e os primeiros meses de legislatura são momentos cruciais, nos quais o grupo atribui a certos vereadores cargos que efetivamente serão posições-chave de articulação de alianças. Além da composição da Mesa, que começa a se definir antes mesmo da posse, o plenário tem um prazo máximo de duas semanas após o início do ano legislativo ordinário para decidir os titula-

res – presidente, vice-presidente e vogal – das dez Comissões Permanentes da CM. Cada cargo, por sua vez, terá um peso diferente, e as composições estão sempre procurando observar, também segundo o Regimento, o equilíbrio das forças partidárias eleitas (RI, art.4º, § 1º).

Esses critérios, como votação, representação partidária, experiência política, liderança de partidos, liderança de governo e ocupação de certos cargos, não são absolutos. Os próprios vereadores explicam que a maior habilidade de um parlamentar é saber usar a sua posição a seu favor, no momento certo. É necessário chamar a atenção para a idéia de que, além de essas posições serem muitas e variadas, sua relevância está sujeita a uma *lógica da situação*, nos termos do que propôs Evans-Pritchard (1978) em sua análise das instituições políticas Nuer. Nessa perspectiva, as realidades políticas têm de ser vistas como entidades dinâmicas e conformadas à relatividade da estrutura política em que estão envolvidas, em cada situação específica. Os critérios de diferenciação dentro da Câmara Municipal não se dão individualmente, mas, ao contrário, encontram seu campo de ação privilegiado na criação de *blocos de situação* – vereadores que agem *como grupo* em determinadas circunstâncias.

A quebra da unanimidade típica das votações simbólicas marca o cenário de disputas no plenário. Um exemplo do que pode acontecer, nessas horas, é um vereador pedir para o presidente fazer uma “verificação nominal”, isto é, apurar voto a voto, oralmente, a posição de cada um em relação à proposição em pauta. Então, *todos* votam novamente *a favor*, mesmo o autor do pedido de verificação. Mas o “segredo” desses pedidos de verificação é que na contagem de votos se constata que não há quórum para deliberar, e a matéria fica “prejudicada”. Assim, o vereador que pede a verificação está apenas querendo “atrapalhar” a aprovação da proposta de autoria de um adversário seu, sem, com isso, se comprometer diretamente votando contra. Essa, de certa forma, é uma demonstração do potencial de *ação individual* do vereador.

Para citar um exemplo, em certa ocasião, o plenário aprovou uma concessão de medalha por votação simbólica. Depois, o autor da proposta requereu o uso do plenário para a cerimônia – um procedimento de praxe. Um vereador do grupo adversário, porém, pediu verificação nominal, impedindo por várias semanas a entrega da medalha fosse concretizada. Mais tarde, houve retaliação, com pedidos de verificação do grupo oposto. Todos dominam essa estratégia da “verificação nominal”, mas ela é usada com parcimônia, já que, como foi dito, mesmo adversários *precisam* uns dos outros. Por isso, a *ação individual* é sempre limitada, como explica um vereador:

Se você quiser obstruir o negócio você pede verificação nominal em tudo, e todo mundo fica maluco. Ninguém consegue aprovar nada. Ou então você não assina [os requerimentos]. Aqui todo mundo assina requerimento de todo mundo. [...] Quanto mais desafetos você tiver, é pior pra você.

Procedimento semelhante a esse é o dos vereadores chamados de “marcadores de posição”. Esta certamente é uma classificação pejorativa para a maioria dos vereadores, já que, como vimos, uma das qualidades mais valorizadas é a do “bom trânsito”. “Marcar posição” é exatamente o contrário – é não fazer acordos, não ceder nas negociações e, principalmente, explorar ao máximo a capacidade de sua *ação individual* como forma de obstruir os trabalhos e mesmo “irritar” os adversários. Na tribuna, diz-se que esse é apenas o “direito de estrebuchar”. Quem “marca posição” pode até ser admirado por alguns, mas sabe-se que dificilmente esse vereador vai ter algum dia um projeto seu aprovado. Um vereador explica dizendo que às vezes a “marcação de posição” é a única saída: “A maioria vota; a minoria esperneia.”

O cenário das discussões que antecedem a votação de certos projetos de lei está longe de ser pacífico. Ao contrário, a Ordem do Dia – como é chamada a pauta dessas votações – instaura um período de confrontos e acusações entre os vereadores. A cada instante, tem-se a consciência de que o voto de um influencia a aprovação do projeto e do voto do outro, e aos poucos vai se criando uma rede de dependências mútuas. A *performance* de cada vereador nesse processo vai depender de uma série de fatores, mas principalmente de sua capacidade de negociar e construir alianças.

Nos moldes do que observou Foote Whyte (1973) em sua descrição da organização social em Cornerville, podemos dizer que os grupos que se enfrentam nas votações na CM devem ser entendidos pelas suas subdivisões hierárquicas internas. Existem vereadores que funcionam como *líderes* na tomada de posições, porque estão invariavelmente na tribuna nos momentos de disputa, apresentando argumentos e denúncias contra os adversários. E são líderes, principalmente, porque na prática têm um grande *potencial de voto*, isto é, capacidade de articular adesões dentro e fora do seu grupo. Nos termos de Foote Whyte, os líderes são aqueles membros do grupo que mais têm capacidade de direcionar a atividade dos outros membros de acordo com o seu interesse (Foote Whyte, 1973:14).

A existência de grandes lideranças, ou mesmo de alguns vereadores que se destacam como líderes de grupos pequenos, movimenta o cenário de adesões e rupturas entre os parlamentares. A maior parte dos vereadores está em posições

inferiores, apenas de “aliados” e, portanto, menos decisivas na formação de opinião dos outros. Quanto *menor* a sua proximidade com o líder, *maior* a chance de esses vereadores mudarem de lado e desestabilizarem a composição dos grupos. Quase sempre, a indecisão de alguns provoca discussões, tumultos e acusações, como a do exemplo abaixo:

Eu acho que esse negócio do vereador ficar em cima do muro, *ficar lá fora para não contrariar um ou outro*, não é uma posição séria. [...] Eu votei contra e acho que o grande vilão dessa história é o vereador que não aparece para votar, seja contra ou a favor.

E a resposta de um “indeciso” foi dizer que não aceitava “patrulha” de quem quer que fosse:

Eu acho que quem deve nos patrulhar é o eleitor, é aquele que nos colocou aqui. Eu não vou admitir, em hipótese alguma, patrulhamento com relação a voto, partido, postura, conduta que eu tenha com relação a qualquer projeto, a qualquer mensagem. Tenho a minha conduta pessoal, não participo de nenhum bloco, de nenhum grupo, voto conforme minha consciência.

Parece-me que os dois tocam, por vias diferentes, numa mesma contradição. Quando o segundo vereador reivindica o seu direito de livre escolha, de votar conforme a “sua consciência”, ele está a princípio rejeitando a classificação do grupo, que organiza permanentemente os vereadores em um ou outro bloco, segundo diversos critérios, como liderança, ocupação de cargos, vínculos com o Poder Executivo e, principalmente, alianças passadas. Ao contrário, ele diz que “não deve nada a ninguém” e defende, como tantos outros em diversas ocasiões, o seu “bom trânsito”. Na verdade, suas palavras parecem dizer, principalmente, que ele não aceita ocupar posições subordinadas em relação a um ou outro líder. Não se trata aqui de uma “marcação de posição”, mas de uma “rebeldia” em relação à tutela do grupo.

Por outro lado, o primeiro pronunciamento é exatamente na direção oposta: ele aponta para o fato de que *ser vereador é ter sempre que tomar posições*. Todos os vereadores, de uma forma ou de outra, principalmente se quiserem fazer parte do jogo político, precisam também fazer parte de um dos dois principais grupos adversários. Assim, quando um ou outro vereador fica de fora propositalmente, “em cima do muro”, é como se sinalizasse para ambos os grupos uma insatisfação com

a sua atual posição dentro das divisões já estabelecidas. O vereador *que não toma partido* pode estar dizendo a um aliado que se sente insatisfeito com a aliança e, ao mesmo tempo, mostrando a um adversário sua disposição de realizar novas alianças.

A contradição subjacente a esses dois pronunciamentos está no fato de que é *impossível* um político ser “neutro”. Por maior “trânsito” que reivindique e valorize, o êxito de seu mandato depende da solidificação de alianças – tarefa que só pode ser conseguida através da troca de votos. Portanto, um vereador que não faça parte de nenhum grupo não existe politicamente, já que perde o potencial do seu voto como instrumento de troca. A neutralidade de um vereador pode até torná-lo objeto de cobiça dos dois grupos, mas, se não houver *adesão* de sua parte a um dos grupos, certamente isso o impedirá de aprovar qualquer projeto de sua própria autoria, como acontece com quem se preocupa apenas em “marcar posição”. Mesmo aqueles vereadores que quase nunca freqüentam a Câmara, quando o fazem, comparecem a pedido do “seu” grupo para votar segundo a liderança deste grupo. É comum, por exemplo, que nessas ocasiões os adversários usem a presença do faltoso para denunciar o interesse “especial” do grupo na matéria em questão, já que foi preciso “convocar” aliados “de reserva”. Os vereadores “ausentes” que cumprem esse papel, por sua vez, o fazem contando com o apoio do seu grupo em outros momentos.

Aqui, portanto, temos claramente um conflito entre dois tipos de comportamento valorizados e prescritos pelo grupo. Ao mesmo tempo que são destacadas as qualidades daquele que consegue manter o seu “bom trânsito”, exigem-se de cada político a adesão a um grupo e o estabelecimento de uma aliança mais consistente, de lealdade, como a que se dá entre líderes e aliados. A saída dessa contradição é dada pelo próprio político, que usará os mesmos argumentos para justificar tanto seu “bom trânsito” quanto sua “fidelidade” de aliado. Invariavelmente, nos dois casos, o vereador justifica a sua atitude “*em nome do interesse dos seus eleitores*” e reivindica para si a legitimidade de representante desses interesses.

Na maioria das vezes, o debate em plenário gira em torno de parlamentares que disputam essa legitimidade representativa. Existe no discurso “oficial” dos vereadores um código de valorização das leis que surgem de necessidades “reais” da população. Assim, o projeto “ideal” é aquele que começa a partir do contato do vereador com os seus eleitores ou com a população em geral, que o procura no gabinete ou nos redutos eleitorais. Quanto maior o “alcance social” de um projeto, maior a confiança do vereador para defendê-lo em plenário, principalmente se houver a presença da população nas galerias. Os grupos disputam intensamente sobre quem tem a melhor compreensão da “realidade” da população local da zona

atingida por um determinado projeto.

No plenário, porém, o êxito na defesa desses “interesses reais da população” depende da *performance* e do domínio que o político adquire da “cultura parlamentar” em jogo. Grandes disputas, que podem durar semanas, muitas vezes giram em torno de pequenos “detalhes” regimentais. O Regimento Interno, como forma de “legalizar” um ponto de vista, é usado na Câmara a qualquer hora, por todos os vereadores. Seja qual for a instância, da Constituição Federal à Lei Orgânica do Município, as regras da “legalidade” têm um alto grau de maleabilidade para serem sempre usadas segundo a conveniência dos acontecimentos. Muitos vereadores, inclusive, reconhecem esse artifício e notam o fato de que o apelo ao “legalismo” feito por um grupo é combatido com o mesmo “legalismo”, reinterpretado pelo grupo adversário.

Em diversas oportunidades, os vereadores, de comum acordo, recorrem ao assessor legislativo da Mesa para saber como podem encontrar uma “brecha regimental” para alterar essa ou aquela circunstância. Um vereador conta, por exemplo, que certa vez conseguiu a “proeza” de colocar um projeto importante na pauta das votações simbólicas. Ninguém percebeu a “manobra”, e a aprovação foi unânime e rápida. Quando os adversários se deram conta do que tinha acontecido, nada mais restava a fazer.

Respeitados certos limites, podemos dizer que, para os próprios responsáveis pela elaboração das leis municipais, a “legalidade” está longe de ser um critério absoluto. Ao contrário, as regras e leis estão sempre sujeitas a diferentes leituras e interpretações. Por isso, não é à toa que um vereador de grande prestígio (citado pela maioria dos seus colegas, aliados ou não) é aquele cuja maior qualidade é um profundo conhecimento do “mundo legal” – sabe usar o domínio da legislação como arma estratégica na negociação e no discurso político.

O uso de “denúncias” também é de grande importância em uma disputa na CM, refletindo a manipulação e a “escassez” de informações características do ambiente político. Os grupos estão sempre preocupados em revelar “o que está por trás” da discussão – ou, como diz um vereador, “tirar a cortina de fumaça” que encobre a “verdade dos fatos”. São como momentos rituais, que só o discurso ao vivo pode dramatizar, em que as vozes adquirem tons solenes, frases pomposas e gestos vigorosos anunciam revelações de bastidores.

O plenário, no entanto, parece acostumado a esses momentos, que se repetem no dia-a-dia, com razoável freqüência. Em geral, ninguém reage, como se ouvisse algo incomum. Ao contrário, o uso do “lado oculto” como instrumento de acusação é, assim como a questão da “legalidade”, um uso quase teatral. A denúncia parece

servir para reforçar a existência de um plano de acontecimentos que é de conhecimento de todos e funciona permanentemente em “*off*”; plano onde acontecem, de fato, os “verdadeiros” acordos políticos. A não “oficialidade” desses acordos faz com que seu conteúdo só possa ser dominado por aqueles que participam da aliança.

A quebra do sigilo, no entanto, é inerente à necessidade de construir novas alianças, permitindo então que alguma informação circule até como uma forma de esse integrante que sai demonstrar a sua disposição de fazer novos contatos, tendo um “bem” – isto é, uma informação – valioso para passar ao novo aliado. Ao passar a informação, passa-se um trunfo para as mãos dos adversários. Mas a própria dinâmica dos acontecimentos e a velocidade dos rearranjos dão conta de desvalorizar as mesmas informações rapidamente.

As categorias de acusação também tocam na questão do ideal de relacionamento igualitário entre os vereadores. Ambas as partes do debate se acusam mutuamente de terem usado suas posições na hierarquia da Câmara em benefício próprio. Os parlamentares reclamam que os cargos legislativos, como o de Presidente da Mesa, são usados como instrumentos de poder – de favorecimento pessoal ou de grupos –, quando essas posições deveriam ser exercidas em nome do bom funcionamento da CM como um todo.

O uso da “legalidade” e da “denúncia” tanto como argumentos de acusação quanto de defesa de um projeto reforça, como já foi observado, a dimensão teatral dos debates em plenário. Os dois pontos são como parte de um “*ethos* de tribuna”, que estabelece um padrão de comportamento para ser usado nos debates. A coincidência de métodos de grupos adversários e a reação apática das bancadas mostram que esse é um *script* conhecido e dominado por todos; parte do que poderíamos chamar uma *cultura da representação política*.

Os acordos e o “trânsito” entre os grupos se dão justamente nos bastidores desse “teatro”. Sempre que há um impasse, uma questão que necessita de uma “costura” mais complicada, com cessões de ambos os grupos, alguém sugere que a sessão seja interrompida para que as negociações procedam “mais rapidamente” numa sala ao lado – em geral, a Sala Inglesa ou a Sala do Cerimonial, ambos espaços interditados ao público em geral. Isso se confirma nas palavras de um vereador: “Você briga no plenário, a maior discussão, e dez minutos depois você já tá ali na *Sala Inglesa* conversando com a pessoa com quem você brigou.”

Nessas reuniões internas, o clima entre os vereadores é geralmente cordial. As vozes são mais baixas, e todos se tratam diretamente pelo nome ou mesmo por apelidos jocosos. As reuniões, em geral, são à volta de uma mesa, e, em certos casos, podem estar presentes também pessoas interessadas no projeto, como repre-

sentantes sindicais, por exemplo. Nem todos os vereadores comparecem porque, como já foi dito, a presença de alguns líderes significa a presença de seus aliados.

Quanto mais equilibrado for o número de vereadores em cada um dos grupos adversários, maior a necessidade de sentar para negociar, principalmente em votações secretas, quando nunca se pode ter certeza absoluta de quem votou com quem. Os defensores do projeto discutem os seus termos e vão tentando atender às modificações sugeridas, de acordo com a sua necessidade de votos. A partir dessas reuniões, podem se fechar votações por blocos de artigos em separado, deixando os termos mais polêmicos para serem decididos em plenário.

Tanto a dimensão pública quanto a de bastidores são fundamentais para compreendermos os acontecimentos do plenário. Nos dois planos, a população tem presença: é platéia para a qual os vereadores “representam” e é, ela própria, “representada” através do seu vereador em particular, que, “em seu nome”, justifica o direcionamento de suas alianças e “trânsitos”. Por um lado, temos a concepção do sistema democrático, segundo o qual o parlamentar deve ser o “representante” dos eleitores na defesa de seus interesses políticos.² Por outro, há um significado, mais popular, de que o político “representa” apenas o seu próprio papel, como um *ator* que convence a platéia de seu personagem e faz dessa representação fonte de sustento. Cada relação tem seus padrões de comportamento e códigos próprios e se constitui a partir de um repertório de representações coletivas de atores e da platéia em questão, em um dado contexto (Goffman, 1975). Em nenhum dos dois casos, entretanto, trata-se de uma representação “falsa” ou “verdadeira”. Como observa Geertz (1980), em relação ao Estado clássico balinês, os aspectos semióticos da política – etiquetas, cerimônias, títulos, discursos –, que fazem dela uma grande representação, não são “recursos” funcionais; são a própria *realidade* política.

Um vereador pode ter vários motivos (lícitos ou não) para participar dessas “representações” capazes de produzir alianças – os motivos vão depender de sua interpretação do próprio mandato. Dentro do universo interno das negociações legislativas, que examinamos mais detidamente neste momento, a vocação me-diadora do político aparece não apenas como uma qualidade, mas como uma *necessidade* para sua sobrevivência dentro do grupo, e em nome dela se justificam as ações num ou noutro plano. Essa habilidade está diretamente vinculada à sua disposição para transitar por diferentes códigos e valores, representados por ele mesmo e por cada vereador no plenário. O êxito de seu “trânsito”, todavia, está condicionado ao estabelecimento de alianças que solidifiquem a conquista negociada. A *mediação*, então, não é apenas uma consequência da vereança; ela é um valor caro aos parlamentares, que confere prestígio dentro do grupo político e, ao mesmo tempo,

prestígio e legitimidade junto aos eleitores que lhe delegaram o mandato.

Seja qual for o partido, a maioria acredita que o êxito do mandato depende dessa capacidade de se manter como mediador, capaz de transformar interesses, anseios, expectativas da população em realizações concretas, que se efetivam em ações do Poder Executivo (que, exceto em alguns casos, tem a última palavra na sanção e na execução das leis). Para alguns parlamentares, isso pode significar uma atuação direcionada a sempre aumentar sua capacidade de se reeleger; para outros, é simplesmente uma forma de prestar um serviço à cidade, tanto do ponto de vista da população, que o elegeu, quanto para facilitar a administração da cidade pelo Poder Executivo.³ Na maior parte das vezes, porém, o que existe é uma combinação desses dois objetivos. Prestar contas e construir as bases do mandato seguinte, na prática, são atitudes de sobrevivência de todo político, para o bem ou para o mal.

Notas

¹ Este capítulo foi publicado originalmente na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 30, ano 11, fevereiro de 1996, p. 101-9.

² O representante como “defensor de interesses” é apenas *uma* das interpretações que se pode fazer do que é “representação política”. Pitkin (1967) mostra a complexidade desse debate, discutindo as teorias políticas de representação e seus contextos históricos.

³ As análises sobre *mediação política* têm tido grande importância nas ciências sociais, no Brasil e em diversas partes do mundo. Frequentemente, essa é uma prática associada à troca de favores e à manipulação de uma posição política em benefício de grupos dominantes (ver, por exemplo, trabalhos como Leal, 1948; Leeds, 1978; Diniz, 1982a e 1982b, e alguns mais recentes, como Bezerra, 1995). Outros trabalhos, no entanto, valorizam a mediação como forma de superar a existência de *gaps* entre diferentes *culturas políticas* convivendo numa mesma sociedade. (Ver, por exemplo, Friedrich, 1968; Landé, 1977; e Epstein, 1969.) Aqui, opto pela segunda interpretação do termo que, a meu ver, não exclui a possibilidade e a realidade da primeira.

A “Gaiola de ouro”: Poder Executivo, mídia e capitalidade¹

Conta a história que o apelido “Gaiola de Ouro” foi dado pela população em 1922 ao recém-construído Palácio Pedro Ernesto, sede atual da CM.² Passados quase 80 anos, o Legislativo carioca ainda convive com o peso do apelido. Se, no início, seu significado estava relacionado aos custos da obra, ao longo dos anos foi sendo associado cada vez mais a corrupção, mordomias, nepotismo e imoralidade.

Tratamento jocoso, o apelido “Gaiola de Ouro” diminui o prestígio dos vereadores e afeta suas relações cotidianas, seja com setores do Poder Executivo da cidade, seja com a população em geral, através de notícias veiculadas pela mídia, principal responsável pela divulgação do apelido. Uma das chaves para se entender a cultura parlamentar carioca é entender como os vereadores enfrentam a imagem negativa do Legislativo, buscando conferir prestígio e legitimidade ao seu papel e à instituição a que pertencem.

*

No dia-a-dia da CM, a relação dos vereadores com o Poder Executivo da cidade aparece em dois contextos e sob duas formas. Primeiro, existe, da parte dos vereadores, individualmente ou em pequenos grupos, uma demanda permanente à máquina administrativa da Prefeitura para resolver os problemas trazidos por seus eleitores. Em segundo lugar, o conjunto dos vereadores está sempre discutindo a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo em termos institucionais, buscando os limites de atuação e interferência entre essas duas instâncias do Poder municipal.

O vereador, como vimos, muitas vezes atua como *mediador* em uma rede de relações, que vai da população ao Poder Executivo. Os vereadores têm consciência disso e valorizam essa atuação como um dos principais deveres do cargo legislativo. Todos mantêm algum tipo de contato com o Poder Executivo. Este, por sua vez, também tem interesse no que se passa na CM, já que o resultado das votações pode

afetar a administração municipal de vários modos.

Na prática, essa relação é organizada através da formação de um grupo de apoio ao governo. Assim que toma posse, uma das primeiras providências do prefeito é nomear dois vereadores como líder e vice-líder de governo. Ambos vão trabalhar na conquista de votos de apoio às propostas do Executivo enviadas à CM ou garantir os interesses do governo num projeto proposto por qualquer vereador. O fato de serem ao mesmo tempo vereadores e governo faz dos líderes figuras-chave em qualquer intermediação entre participantes dos dois Poderes.

A escolha do líder atende a critérios diversos e, em alguns casos, pode ser feita até por indicação da bancada do partido do prefeito. No caso da quarta legislatura, o PMDB, partido do prefeito César Maia, tinha apenas quatro vereadores. Levando em conta suas preferências pessoais, o prefeito nomeou um líder e um vice-líder de outros partidos – Wilson Leite Passos (PDS) e Américo Camargo (PL), respectivamente –, buscando ampliar o número de aliados na CM.

Seja qual for o número de vereadores do partido do prefeito, os líderes precisam, como vimos, ter “bom trânsito”. Até companheiros de legenda precisam ser convencidos na hora de votar determinada matéria. Na época, César Maia optou por nomear vereadores com trânsito em diferentes grupos – Wilson Leite Passos entre os “conservadores” e Américo Camargo entre os “progressistas”.

A aprovação de um determinado projeto de lei pode depender exclusivamente da capacidade de argumentação dos seus defensores. Na prática, porém, observa-se que a maioria dos vereadores vota levando em conta a posição de suas alianças e não o conteúdo do projeto, ainda que nos discursos tudo se passe de maneira inversa. Ao buscar apoio e votos, a liderança do governo acena com um bem valioso: a abertura das “portas” do governo. Para vereadores cuja atuação está centrada no atendimento às demandas da população, apoiar o governo passa a ser uma garantia de sobrevivência.

A demanda por empregos e obras de construção civil é a engrenagem dessa negociação. Esses são os dois tipos de problemas mais comuns entre os eleitores que freqüentam os gabinetes e escritórios dos parlamentares. Conseqüentemente, sua solução traz enorme prestígio. Detentor do controle desses recursos, o Executivo tem em mãos um trunfo incomparável de negociação. Além disso, a possibilidade de veto a uma mensagem aprovada na CM também é uma arma importante. Derrubar um veto é mais difícil do que aprovar um projeto, pois requer maioria absoluta de votos. Da parte dos vereadores, o voto em plenário, mas também o voto nas urnas – principalmente em épocas pós ou pré-eleitorais –, é o principal instrumento de negociação.

Na CM, portanto, a divisão dos vereadores freqüentemente se dá em torno dos grupos do “governo” e da “oposição”. Quanto mais equilibrado o número de vereadores em ambos os grupos, maior a necessidade do governo de negociar e ampliar seu número de aliados. A presença dos líderes num ou noutro grupo é o que caracteriza a aliança com o governo.

Em questões consideradas de menor importância, é comum que os líderes saiam do plenário para não ter de apoiar nenhum grupo e, com isso, ampliar seu espaço de negociação. Todos os vereadores usam esse tipo de recurso, mas líderes que optam por essa estratégia são muito mais criticados. Em geral, vereadores da “situação” condicionam sua permanência no governo ao apoio do líder aos seus projetos ou boicote aos projetos dos adversários. Um vereador que já foi liderança de governo conta que há chantagens diretas, do tipo “só continuo apoiando o governo se você [líder] votar contra este ou aquele projeto”. Mais freqüentes ainda, afirma, são as chantagens condicionando votos ao atendimento de pedidos:

Teve um projeto de mudança na estrutura de uma Secretaria que criou alguns cargos. A gente não conseguia aprovar o projeto de jeito nenhum, porque alguns vereadores só admitiam aprovar se o prefeito admitisse indicar alguns nomes que eles tinham pra indicar. [...] Não tivemos alternativa. Nós tivemos que negociar e alguns vereadores indicaram nomes para participar do governo.

Esse tipo de acordo tem um limite, já que o governo não dispõe (ou não quer dispor) de recursos para satisfazer a todas as demandas. Um ex-líder explica que costuma tomar posição analisando o conteúdo dos projetos e a posição de seu autor. Quando, por exemplo, discorda do projeto de um vereador que normalmente apóia o governo, prefere votar favoravelmente a perder o aliado. No entanto, caso goste do projeto de um parlamentar de oposição, prefere se retirar do plenário a ter que votar contra apenas por ser governo.

Essa dinâmica varia conforme esteja, ou não, consolidada a frente de apoio ao Executivo. Na quarta legislatura, por exemplo, o governo passou praticamente todo o primeiro ano sem conseguir formar um “bloco”, como o que havia existido na legislatura anterior. Por isso, suas lideranças se ausentavam do plenário em momentos polêmicos, relacionados a matérias que não interessavam diretamente ao governo. A derrubada de alguns vetos do prefeito mostrava a instabilidade do seu grupo de apoio, sinalizando, principalmente, a insatisfação de certos vereadores nas negociações com o Executivo até aquele momento.

*

Até certo ponto, a negociação de apoio ao Executivo é feita individualmente, através dos líderes do governo, ou do próprio prefeito e seus secretários. A relação do Executivo com a CM, porém, dá margem a discussões mais amplas. Em sua maioria, os vereadores criticam a relação entre os dois Poderes. Na tribuna, são freqüentes os discursos em defesa do Legislativo. Em depoimentos e entrevistas, as insatisfações são inúmeras, refletindo um cotidiano pautado pelo desequilíbrio de forças.

Em graus variados, os vereadores acham que o Executivo tem mais poder do que o Legislativo. Além da dificuldade de aprovar projetos, derrubar vetos e fazer prevalecer suas propostas de um modo geral, os parlamentares também não conseguem exercer plenamente sua função de fiscais do governo. Em diversas ocasiões, vereadores falam da preocupação de que, normalmente, “o Executivo tudo pode, pois tem um poder de fogo muito maior do que o Legislativo. A gente [os vereadores] fica muitas vezes com um papel só decorativo”. Ou ainda, nas palavras de outro vereador:

O Poder Legislativo é muito apequenado, tem uma posição muito inferior em relação ao Executivo. A própria população não acredita muito no Legislativo – acha que o Executivo tem muito mais força, o que é verdade.

A explicação de um vereador sobre seu papel elucida parte da questão: “Nós [os vereadores] somos aquela chave que abre a porta de *quem detém o poder* para que o povo possa se manifestar” (grifo meu).

Ao falar de sua posição como *mediador*, o parlamentar acaba por reforçar a assimetria entre os papéis dos ocupantes do Legislativo e do Executivo. Esta assimetria não está inscrita nas atribuições dos dois Poderes e sim no processo de trocas promovido no exercício dos mandatos de seus ocupantes.

Os vereadores atuam como intermediários porque não podem atender a população com os mesmos recursos do Executivo. Dependendo do estilo do mandato, a demanda dos eleitores acaba determinando essa dependência do vereador em relação ao governo. Enquanto a principal reivindicação dos eleitores junto aos parlamentares continuar sendo por empregos, obras e verbas, e não por projetos de lei e outras atividades próprias da instituição legislativa, a relação Legislativo/Executivo está fadada a se manter desequilibrada. Mesmo a função de fiscal do Executivo tende a ser diminuída frente à sua pouca expressividade junto à população. Como diz

um vereador: “[A Câmara] não tem poderes para executar, daí a *dependência* do Executivo. [...] Sob esse aspecto, nós temos um *poder limitado*” (grifos meus).

A *mediação*, embora vantajosa para ambas as partes, pode reforçar a assimetria entre os Poderes. O papel de *broker* garante prestígio ao vereador junto à população, mas pode ser um sinal de inferioridade junto ao Executivo. Podemos dizer que, nesse caso, há uma *aliança vertical*, nos termos de Landé (1977), que se caracteriza por uma diferença qualitativa naquilo que cada um tem a oferecer ao outro. Essa diferença seria a garantia de um “alto lucro” para ambos os lados – já que se ganha o que se precisa e se gasta o que se tem de sobra. A troca assimétrica, porém, tem baixo potencial de reciprocidade e, por isso, implica altos riscos de conflito e perda de confiança entre as partes.

Os discursos na tribuna demonstram justamente essa instabilidade, além da insatisfação permanente dos vereadores no que diz respeito ao seu relacionamento com o Executivo. As palavras-chave para entender essa disputa são “independência” e “autonomia” dos Poderes, como aparecem nesse breve discurso (DCM nº 60):

O Poder Legislativo reafirma a sua *autonomia* e a *independência* desta Casa e o papel importante que ela tem na busca da eficiência, da moralidade administrativa e, portanto, na melhoria da qualidade de vida da população da Cidade do Rio de Janeiro (grifos meus).

Ou ainda, como nas palavras de outro vereador (DCM nº 46):

Quero apenas registrar que a CM, *numa demonstração de sua independência em relação ao Poder Executivo*, pela primeira vez, nesta legislatura, rejeita um veto do prefeito César Maia, menos porque é do prefeito César Maia e mais porque tratava-se de um veto absolutamente injusto... (grifo meu)

Os vereadores utilizam o plenário como *locus* principal para ampliar o prestígio do Legislativo. Muitas sessões são ocupadas por discursos que valorizam cada etapa de uma vitória da CM sobre o Executivo. Mesmo aliados do governo são capazes de, em certos contextos, privilegiar a defesa da CM a ceder às pressões do governo. Para todos, seu potencial de troca, seja com o Executivo, seja com a população em geral – e uma depende da outra –, está diretamente relacionado ao prestígio da instituição legislativa e, conseqüentemente, ao prestígio do seu próprio diploma parlamentar.

*

Paralelamente ao debate com o Executivo, os vereadores enfrentam a descrença da opinião pública. O apelido “Gaiola de Ouro” é o principal símbolo da falta de prestígio da instituição. Diversos meios de comunicação, principalmente a imprensa e o rádio que se dedicam ao noticiário local, usam o apelido como símbolo da ineficiência do Poder Legislativo. Essa não é uma novidade, mas uma prática que remonta, pelo menos no caso da Câmara Municipal do Rio, aos seus primeiros anos de funcionamento. No final da década de 1940, por exemplo, os vereadores já passavam boa parte de seu tempo discutindo a impropriedade do apelido “Gaiola de Ouro” e acusando a imprensa de divulgá-lo (Cabral, 1993).

Logo no início da quarta legislatura, o jornal *O Dia* e diversos programas de rádio produziram matérias sobre a CM. O tema era o “auxílio-paletó” – pagamento de ajuda de custo que os vereadores tinham acabado de receber e que, apesar do nome, pode ser usado para qualquer despesa na instalação da legislatura. As reportagens tinham um tom explicitamente jocoso, em que os vereadores entrevistados apareciam como pessoas vaidosas e fúteis, tentando “disfarçar” o pagamento. Uma das matérias de *O Dia*, publicada em 1/4/1993, trazia pesquisa informal em que 91,45% dos leitores do jornal desaprovavam o “auxílio-paletó”. Acompanhando a pesquisa, havia entrevistas com vereadores criticando uma matéria publicada anteriormente, mas inseridas no texto de forma a reforçar o tom irônico e de descrença presente no restante da reportagem. A charge que abre a reportagem (ver abaixo) resume o espírito do jornal: uma urna onde está escrito “Ponha o voto aqui otário” é segurada por um palhaço que diz: “Os que votaram nos janotas da Gaiola de Ouro deveriam usar esta roupa!”

Os textos, assim como a pesquisa com os leitores, procuram se apresentar como porta-vozes da opinião pública. Além disso, pautam-se pela idéia de que a imagem negativa da CM não é algo novo, mas recorrente na história da Casa.

Ao fazer reportagens sobre a CM, a imprensa também costuma classificar os vereadores em “éticos” e “não-éticos”. Segundo alguns parlamentares, essas categorias nasceram na CM, e sua divulgação foi estimulada pelos que se autodenominam “éticos” como forma de preservar a imagem da Casa. Quem é classificado como “não-ético” não aceita o rótulo e acusa o outro grupo de “autopromoção” e, por isso mesmo, de falta de ética. Os chamados “éticos”, porém, gostam da divisão e a reforçam sempre que possível, embora alguns incluídos na lista “ética” discordem dos nomes que a compõem.

Não se trata de definir quem são os verdadeiros “éticos”, mas observar que

Deu no jornal: “Vereadores ganham 1,8 bilhão para comprar roupa.



essa classificação afeta o prestígio social do vereador. A briga entre “éticos” e “não-éticos” faz parte de uma disputa de prestígio. Para os primeiros, a imprensa está em posição de “aliada”. Ao mesmo tempo em que divulga os “escândalos”, mostra que, apesar de tudo, ainda existem alguns vereadores “éticos”. Para os do segundo grupo, a imprensa é “inimiga”, pois não só fala mal da instituição, como ainda apresenta os vereadores como os vilões da história.

Quando produz reportagens a respeito de assuntos internos da CM, a mídia tende a tomar o partido de um grupo, sem apresentar uma análise independente sobre os fatos. No caso do auxílio-paletó, por exemplo, a imprensa seguiu a posição dos “éticos”, classificando a ajuda de custo como “imoral”. As matérias provocaram revolta nos vereadores que apoiavam a verba. Muitos foram à tribuna acusar seus próprios colegas de passar informações para a imprensa de modo deturpado. Para estes, a remuneração dos vereadores não tem nada de excessiva – é insuficiente e até uma “miséria”:

Ainda há pouco, quando cheguei, tinha o maior livro de ouro para assinar com uma contribuição de Cr\$ 600 mil para um sindicato que vai entrar em greve. Ora, isso é o dia inteiro [...] e o vereador não pode negar. Quando você sai de casa, o vizinho diz: ‘Oi, seu [vereador], está ruim, o meu compadre está sem feijão.’ Então você tem que meter a mão no bolso. Isso ninguém fala, ninguém diz.

Outro vereador apresenta explicação semelhante, em defesa ao “auxílio-paletó”: “Qualquer dia os jornais vão querer que o vereador não tenha mais nada,

que venha para esta Casa legislar graciosamente, que não ajude sua comunidade, que não pague enterros, que não pague remédios.” Esses são justamente os parlamentares que aparecem nas reportagens sob o rótulo de “não-éticos”.

A acusação de falta de ética, portanto, é a condenação de um ponto de vista, de uma interpretação do mandato feita por um grupo de vereadores em detrimento de outro. Como mostram as argumentações acima, os vereadores classificados de “não-éticos” justificam a necessidade de receber ajudas de custo extras em nome da população. Defendem-se da imagem pejorativa construída na mídia mostrando que, no seu dia-a-dia, as pessoas reconhecem, cobram e aplaudem a distribuição de recursos por parte do parlamentar.

Quando reportagens como a do “auxílio-paletó” chegam aos jornais, o plenário se divide em grupos que se acusam mutuamente de promoverem ou serem responsáveis por tal divulgação. Um exame desses debates mostra que a divisão entre os vereadores passa por critérios mais profundos do que sugere o assunto da pauta. Está em jogo a própria interpretação do mandato e da vereança. Os chamados “não-éticos” tendem a ser os mesmos acusados de “assistencialistas” no trato com os eleitores. Os chamados “éticos” seriam os “ideológicos”, acusados pelos adversários de se manterem afastados do contato e das necessidades da população, além de “demagogos”, por manipularem a imprensa a seu favor.

*

Assim como acontece com o relacionamento Legislativo/Executivo, a relação dos vereadores com a mídia pode superar as divisões internas e assumir proporções de defesa institucional. Ainda que alguns veículos da mídia exponham as diferenças entre os parlamentares, a maioria faz referências à CM como um todo, sem efetuar distinções. A utilização do apelido “Gaiola de Ouro” costuma ser o chamariz da matéria, como na charge de *O Dia*.

Confirmando essa tendência, o *Jornal do Brasil* publicou, em julho de 1993, um editorial com o título “Casa suspeita”. Escrito a propósito da viagem (supostamente em fuga) de um vereador condenado pela justiça, o editorial extrapola o caso individual e estende suas críticas ao conjunto dos vereadores. Começa afirmando que a CM deveria mudar o nome Palácio Pedro Ernesto para “Estação Ferroviária Maria Leopoldina”, em referência aos “trens da alegria” que promove. Aconselha a sociedade a reagir contra os “desmandos da velha Gaiola de Ouro”, berço do “empreguismo”, da “falsidade ideológica” e do “deboche com o dinheiro público”. Finalmente, conclui que a CM precisaria de uma “reforma

de alto a baixo”, pois não passaria de uma “confraria de corruptos”, “formada por gente que apenas procura votos para se locupletar”. (*JB*, 5/07/1993)

A repercussão do artigo foi intensa na CM – rendeu sessões inteiras no plenário, calorosos discursos e respostas por escrito. Nessas horas, o antagonismo é sentido igualmente por todos como uma ameaça de fora. Os parlamentares acusaram a imprensa de irresponsabilidade por distorcer informações e generalizar as ações de uns poucos. Lembraram que as últimas legislaturas têm conseguido barrar os chamados “trens da alegria”, contando com a atuação de parlamentares “inatacáveis”, “honestos” e “trabalhadores”. Além disso, dizem que o *JB* não poderia ameaçar a “soberania” do Legislativo, “desmoralizando” a CM “impunemente” frente à opinião pública.

Por ser tão importante na divulgação da imagem dos políticos, a mídia é cobijada e odiada ao mesmo tempo. Os vereadores reclamam que a imprensa “nunca mostra o lado positivo” e “nunca publica coisas boas” sobre a CM, transmitindo para a população apenas a imagem do “político que não trabalha”. Muitos parlamentares costumam dizer que a imprensa alimenta a descrença da sociedade na classe política porque “só se interessa por escândalos”.

*

O descontentamento em relação ao Executivo e à mídia fortalece o movimento de valorização do Legislativo entre os vereadores. Não por acaso o presidente da CM na quarta legislatura, Sami Jorge (PDT), tinha como um de seus objetivos no cargo promover um “saneamento moral” na imagem da instituição, desvinculando a Casa do apelido “Gaiola de Ouro”. Essa também era uma das prioridades do 1º Secretário, Adilson Pires (PT), que prometia informatizar a administração e o trabalho legislativo como forma de “modernizar” e dar mais “transparência” à CM. Um bom exemplo desse tipo de postura aparece no discurso da vereadora Jurema Batista (PT):

Em minha militância no movimento social, e lendo jornais, eu sempre ouvi dizer que isto aqui era a ‘Gaiola de Ouro’. [...] Eu acho que, inclusive, cabe a nós, vereadores, tentarmos desmistificar esta idéia de ‘Gaiola de Ouro’. [...] Que ‘Gaiola de Ouro’ é essa em que, nos últimos dias de trabalho, existem funcionários ganhando [um salário] que não dá para pagar nem a escola do seu filho? (DCM nº 42)

No meio de uma sessão, também é muito comum um vereador ir à tribuna apenas para louvar a qualidade dos debates, como neste exemplo: “Sem dúvida nenhuma, a grande beleza e o grande atrativo que existe no exercício da política – da boa política – é isso que a gente está vendo aqui!” (DCM nº 44)

Nas entrevistas realizadas para a pesquisa, questões relacionadas à falta de prestígio dos vereadores e ao apelido “Gaiola de Ouro” suscitaram sempre o mesmo comentário: a CM é uma “síntese da sociedade”. As palavras de um vereador resumem as idéias centrais do argumento:

A grande virtude da instituição, do parlamento – seja a Câmara, a Assembléia ou o Congresso –, é que ele é a *síntese da sociedade*, nas suas multifaces, nas suas diversas posições políticas, ideológicas. [...] Aqui [na CM] tem desde um vereador que defende teses de extrema direita ao que defende teses de extrema esquerda, ao que não defende nenhuma, defende interesses – interesses de uma comunidade ou interesses pessoais. Mas isso é a *síntese da sociedade* (grifos meus).

Ao afirmar que a Câmara é uma “síntese” (ou, para alguns, “retrato”) da sociedade, os vereadores transferem para a população as críticas sofridas. Assim, procuram recuperar a imagem da instituição e, ao mesmo tempo, se eximem da responsabilidade diante de acusações como a do apelido “Gaiola de Ouro”. A CM só seria ruim e corrupta porque espelha o comportamento de uma sociedade igualmente defeituosa. Afinal, dizem os parlamentares, foram os votos dessa população que os elegeram.

Esse tipo de justificativa é acionado por todos os parlamentares, independente do seu nível de atuação (municipal, estadual ou federal). A idéia de que o Legislativo espelha a sociedade faz parte do repertório de defesa da instituição. Entre outros problemas, tal afirmação parte do princípio de que o sistema representativo é capaz de produzir uma perfeita correspondência entre as aspirações dos diversos segmentos sociais e a distribuição de cadeiras no parlamento. Ignora-se que existe uma larga margem de cidadãos não-representados, assim como todas as imperfeições do sistema de campanhas eleitorais e sua influência na participação política.³

*

Os vereadores do Rio reagem ao estigma da “Gaiola de Ouro” buscando diversas formas de aumentar seu prestígio social. A associação com a história da

cidade do Rio de Janeiro e seu papel no cenário político nacional é outro elemento fundamental para entendermos essa busca de legitimidade. Vejamos exemplos de frases extraídas de diversos pronunciamentos feitos na CM:

Precisamos pedir uma intervenção federal no Estado do Acre...

Precisamos fazer uma intensa campanha pela representação proporcional dos Estados, pela Câmara única e extinção do Senado...

Precisamos fazer o registro histórico do aniversário de nascimento do presidente João Goulart, líder do PTB e uma das maiores lideranças deste país...

Precisamos louvar a ação da CNBB pela Campanha da Fraternidade, que é uma questão crucial que expõe de forma contundente a miséria de milhões de brasileiros...

Apesar das aparências, estes não são discursos de deputados federais ou senadores. As frases mostram a importância da discussão de temas nacionais para os vereadores do Rio de Janeiro. Foram pronunciadas em um período de pouco mais de um mês, nas primeiras sessões ordinárias da quarta legislatura.

Os exemplos acima não são fruto de coincidência ou mesmo de um possível entusiasmo de novos vereadores pelo Poder Legislativo. A leitura dos diários da Câmara e o depoimento de vereadores com até quatro mandatos consecutivos permitem afirmar com segurança que este fenômeno é recorrente, qualquer que seja o período analisado.

Embora atue em um Legislativo municipal, o vereador carioca tem enorme disposição para opinar a respeito das “grandes questões nacionais”. Nem todos compartilham igualmente desse sentimento, mas o interesse pela esfera política nacional é uma marca nos debates da CM e pode ser visto como uma característica da sua cultura institucional.

Uma das formas de aumentar seu prestígio é somar a condição de político “nacional” à de parlamentar municipal. O *status* de representante do Poder Legislativo não é limitado pela circunscrição que o elegeu, como fica claro nas palavras de um vereador: “Olha, na iminência da privatização da CSN, o governo decidiu que o leilão seria no início de abril. É uma questão que forçosamente a Câmara tem que se posicionar. *Nós, enquanto vereadores, temos que nos posicionar*” (grifos meus).

De acordo com esse argumento, o vereador faz parte de uma estrutura mais

ampla da política brasileira. Por isso, mesmo estando na arena municipal, é seu papel opinar a respeito de uma decisão do Executivo federal. Outros parlamentares ressaltam esse vínculo, como aquele que afirma: “A melhor forma de exercermos o nosso papel [...] não é só discutir as questões da cidade, do cotidiano, do imediato, mas também as grandes questões nacionais.” Outro argumenta que “quanto mais sentimentos localistas, bairristas, [mais] você perde contato com os grandes interesses nacionais. Os politiquinhos de bairros, os pequenos políticos, são aqueles que não têm um pensamento [...] maior, do país”.

As ênfases se alternam segundo contextos e situações. A arena política de referência dos parlamentares varia de acordo com o debate político do momento. Independentemente do partido, é prática generalizada entre os vereadores promover esse cruzamento entre as esferas municipal e nacional.

No caso, trata-se de vereadores da cidade do Rio de Janeiro, cuja história é parte inseparável da vida política nacional. A especificidade dessa posição aparece na maior parte dos discursos dos vereadores.⁴ Um deles – não por acaso ex-prefeito e ex-senador – defende claramente este ponto:

É uma tradição. A Câmara do Rio foi o primeiro organismo político, por exemplo, que proclamou a República, antes da proclamação da República. Naquele tempo era a capital. Agora não é mais, mas o Rio ainda guarda essa tradição de cidade-capital, de cidade representativa do país. Então aqui se discutem, muito, assuntos nacionais.

Argumentos semelhantes são muito comuns. Diz-se que o Rio é a “vitrine do país”, a “cidade mais importante”, a de maior “vocação política”. Faz parte da cultura dos moradores da cidade achar que o Rio   o centro do Brasil. Como o resto da popula o, os vereadores compartilham esse sentimento.

*

A imagem do Rio de Janeiro presente no discurso dos parlamentares sugere um cruzamento entre *história* e *memória* da cidade, indicando a força de valores associados à *capitalidade*, no sentido dado ao termo por Neves (1991). Ao analisar a passagem dos séculos XIX ao XX, a autora mostra como se construiu a “identidade simbólica do Brasil com sua capital”. “A defini o de uma cidade enquanto capital não é um dado, mas uma constru o”, afirma Neves. A constru o dessa *capitalidade* está associada   remodela o do Rio de Janeiro nos primeiros anos

deste século e   transforma o da cidade em símbolo da na o.⁵

A reconstru o da cidade através de obras, grandes edifícios e monumentos buscava transformá-la em “imagem simbólica do Estado” e não apenas centro político e administrativo do país (Neves, 1991:58). Prédios como os do *Jornal do Brasil*, da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes ajudavam a compor o cenário de uma cidade que, naquele tempo, precisava encontrar-se com a civiliza o da “ordem e progresso” (p. 56). Na época, o efeito era de modernidade. Hoje, os mesmos monumentos (com exce o do primeiro, que não existe mais) servem para atualizar a memória de um tempo em que a cidade era de *importância capital* para o país. Nesse sentido, são *lugares de memória*, representando simultaneamente um suporte material, simbólico e funcional da memória e da história da cidade (Nora, 1984:34-5).

A atual Câmara Municipal do Rio, como vimos, existe desde a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, em 1975. Está instalada no Palácio Pedro Ernesto, construído durante as reformas para o centenário da Independência, em 1922, e onde funcionou o Conselho Municipal da antiga capital. O edifício localiza-se na Avenida Rio Branco, antiga Avenida Central, em frente à Biblioteca Nacional e a poucos metros do Museu Nacional de Belas Artes. A este “cenário-capital” somam-se a arquitetura do próprio palácio, suas instala es, obras de arte, móveis e objetos.

“O passado vive na nossa memória, que   parte do nosso ser” (DCM não 53). Essas palavras, pronunciadas pelo vereador Augusto Boal (PT) durante a discussão de um projeto de tombamento, falam da importância do passado e da memória para a vida social. Além de elemento essencial da identidade coletiva e individual, o resgate do passado através da memória   também uma forma de atualizar presente e futuro (Le Goff, 1986:46-7).

Em seus discursos, os vereadores atualizam a memória da cidade-capital projetando seu papel político da esfera municipal   nacional. Esse movimento expressa valores mais amplos da cultura institucional da CM carioca. Em alguma medida, existe um *projeto* compartilhado, onde os vereadores buscam ampliar sua esfera de influência e a o políticas.⁶

Esse *projeto* permite identificar a a o do próprio grupo diante dessa herança, cultural e histórica, da *capitalidade*, com o objetivo de reconstruir sua própria identidade coletiva vinculada à imagem de “centro”, “vitrine” e “espelho” do país. A tentativa, através da emissão de discursos e outros meios simbólicos, como Mo es de Louvor e Reconhecimento a personagens na vida política nacional, busca elevar o *status* político do parlamento carioca na estrutura de distribu o

de poder e prestígio nacional.

No empenho de valorizar sua posição, muitos vereadores rejeitam, inclusive, planos de ascensão formal na carreira parlamentar. Mandatos na Assembléia estadual ou no Congresso Nacional são freqüentemente criticados, por serem em instâncias “distantes da sociedade”, sem contato direto com a população. Nas palavras de um vereador: “Eu já tive oportunidade de me candidatar deputado federal e não quis. [...] Não gosto de Brasília, você é um em 500, e o que me fascina do vereador é você conseguir mexer com o poder local.”

Declarações desse tipo são muito comuns na tribuna. Os parlamentares reafirmam seu desejo de, como disse um deles, “não ser nada além de um simples vereador”. A frase simboliza a recusa ao apelido “Gaiola de Ouro” e o esforço de cada vereador em reafirmar seu prestígio e o da Casa Legislativa a que pertence. Além de resgatar o orgulho ferido, buscam também sobreviver no mundo político.

Notas

¹ Parte deste capítulo foi apresentada no XVII Simpósio Nacional de História (ANPUH) com o título “Município e nação: notas sobre a cultura política do vereador carioca” na mesa de comunicações “O espelho partido: refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro”, coordenada por Marieta de Moraes Ferreira e realizada em São Paulo, em julho de 1993.

² Ver Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 1989.

³ Sobre sistemas eleitorais e suas imperfeições, ver Nicolau (1999).

⁴ Somente uma pesquisa comparativa mais ampla a respeito dos discursos de vereadores de diversas Câmaras Municipais poderia precisar se esses dados podem ser generalizados ou são próprios do Rio de Janeiro.

⁵ A tensão entre as dimensões local e nacional da política carioca aparece com destaque em estudos históricos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas do Rio de Janeiro, do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Ver, entre outros, Freire (2000), Freire e Sarmiento (1999) e Motta (1999).

⁶ A noção de *projeto* está relacionada à possibilidade de identificarmos, dentro de uma sociedade complexa moderna, a “formação de grupos de indivíduos com um *projeto social* que englobe, sintetize ou incorpore os diferentes projetos individuais” e que dependa de uma “percepção e vivência de interesses comuns” a esses indivíduos (Velho, 1981:33). Esta definição implica que os projetos sejam dimensões, expressões simbólicas da cultura em que estão inseridos, uma vez que o grupo/agente se movimenta dentro de um *campo de possibilidades* “circunscrito histórica e culturalmente” (p. 27). Para uma análise dos nexos entre cultura e ação política em um contexto histórico específico, ver Castro (1995).

Mediação e Metamorfose¹

Gilberto Velho e Karina Kuschnir

O estudo das sociedades complexas não só amplia o campo de atuação da antropologia, como gera conseqüências para boa parte da disciplina. Em trabalhos anteriores, inspirados em parte por Simmel e Schutz (Velho, 1994), estabeleceram-se algumas questões e hipóteses mais gerais sobre a dinâmica do desempenho de papéis sociais nas sociedades moderno-contemporâneas. A diversidade de contextos, a amplitude de uma série de questões como a da metrópole, a multiplicidade e descontinuidade entre domínios e províncias de significado, levaram à formulação da noção de *metamorfose*, que procura dar conta da singularidade dessas experiências. O repertório simbólico e o campo de relações sociais, simultaneamente, possibilitam e estimulam mudanças drásticas no desempenho dos referidos papéis. Ou seja, as mudanças de contexto e de domínio produzem situações em que o indivíduo altera de modo bastante significativo não só suas atividades no mundo prático, como sua própria auto-representação.

Insisto que não estamos lidando apenas com contextos sociais diferentes, mas com distintos planos e níveis de realidade socialmente construídos. Parece-me que esta percepção é fundamental para uma teoria da cultura mais sofisticada. Faz parte da competência normal de um agente social mover-se entre *províncias de significado* e ser capaz de passar, como vimos, do mundo do trabalho para o reino do sagrado. Mas as fronteiras entre essas províncias podem ser mais tênues ou singelas e os trânsitos menos solenes e pomposos. Essa permanente latência implica o que poderíamos chamar de *potencial de metamorfose*, distribuído desigualmente por toda a sociedade. O repertório de papéis sociais não só não está situado em um único plano, mas sua própria existência está condicionada a essas múltiplas realidades. Com isso, talvez possamos escapar de falsos problemas ditados por uma visão linear da experiência sociocultural (Velho, 1994:29).

A experiência da *metamorfose*, como já foi dito, não está igualmente distribuída por todos os indivíduos. Existem trajetórias e contextos particularmente favoráveis ao florescimento desse fenômeno. Sabemos, através de observação e de vários relatos, que, mesmo nas metrópoles mais cosmopolitas, é possível encontrar categorias sociais e indivíduos com uma experiência social e visão de mundo bastante homogêneas e redundantes. No capítulo “Trajetória Individual e Campo de Possibilidades” (Velho, 1994) estabelece-se um contraste entre gerações de imigrantes açorianos na área de Boston (EUA). No caso dos mais velhos, principalmente no universo feminino, fica patente a manutenção e o isolamento de um estilo de vida centrado na tradição e no espaço doméstico. Não se trata de um caso raro, mas muito freqüente em situações de maior compartimentação do espaço e da experiência social. Mesmo no bairro cosmopolita de Copacabana, estudado por Velho na passagem dos anos 60 para os 70, ao lado de indivíduos e categorias de grande mobilidade e diversificação no desempenho dos seus papéis sociais, encontravam-se também mulheres de meia-idade e idosas, de camadas médias, cuja rotina e hábitos de vida configuravam um universo de experiência bastante circunscrito (Velho, 1973).

Por outro lado, encontramos indivíduos cuja existência se caracteriza por uma forte mobilidade entre domínios sociais, com experiências variadas e contraditórias, propiciando a efetivação de metamorfoses, mudanças radicais de papéis, como no caso dos jovens açorianos mencionados. A passagem por diferentes mundos dá a alguns indivíduos a possibilidade de desempenhar, com maior ou menor sucesso, o papel de *mediador*. Assim, a circulação por universos distintos gera condições, em princípio, para que certos agentes sociais desenvolvam o potencial supracitado e que ativem essa competência específica.

Como foi sugerido, existem vários tipos de mediação, com diferentes matizes. Destacamos o papel de mediadores entre categorias sociais distintas e entre domínios específicos. Por exemplo, nos estudos de religião, enfatiza-se o papel de mediador exercido pelo sacerdote entre os seres humanos e as divindades, entre o natural e o sobrenatural. No transe encontram-se, tanto na possessão como no xamanismo, ricas situações de mediação e metamorfose. Na possessão, as entidades sobrenaturais manifestam-se através de indivíduos possuídos, sacerdotes ou não, mas sempre com a presença de especialistas religiosos que ali estão para ordenar e interpretar a manifestação (Rouget, 1980). No xamanismo, o xamã sai de seu corpo em uma viagem espiritual para o mundo sobrenatural, narrando para o grupo de que faz parte, concomitantemente ou depois, a sua aventura (Eliade, 1968). Algumas dessas experiências, especial-

mente a xamanística, são mais características de sociedades tribais e tradicionais. Já a possessão é um fenômeno amplamente difundido nas sociedades complexas moderno-contemporâneas, particularmente no Brasil, introduzindo variáveis instigantes na construção social das identidades individuais e grupais.

Em termos de mediação, nem sempre os domínios do natural, do sobrenatural, do público e do privado se apresentam separados com total nitidez. Análises da sociedade brasileira têm apontado como uma de suas características, justamente, essa fluidez e ambigüidade (DaMatta, 1979; 1987). Estas são variáveis que acompanham fenômenos como o do *clientelismo* em diferentes esferas. Os santos como mediadores no catolicismo popular, por exemplo, seriam expressão destes *ethos* e lógica social. Como nos cultos afro-brasileiros, existem mensagens e pedidos a serem encaminhados do mundo dos homens para o mundo do sagrado. Sacerdotes e categorias intermediárias, como santos, anjos e diferentes tipos de espíritos, desempenham o papel de “*go-between*”.

Nas sociedades complexas existem vários exemplos conhecidos de mediação. Nas relações entre o mundo oficial legal com grupos desviantes e criminosos também encontram-se indivíduos, possivelmente contaminados, realizando diferentes mediações como negociadores e mensageiros (Ianni e Ianni, 1973). Os diplomatas, por sua vez, são mediadores oficiais, normalmente representando Estados-nação específicos. Pode-se pensar também em missões de arbitragem e apaziguamento em casos de conflitos internacionais e entre facções (Cunha, 1994). Na área do Judiciário, advogados e juizes, de diferentes modos, ocupam posições estratégicas como negociadores entre partes em conflito (Moraes, 1989). A polícia também pode desempenhar esse papel complementar às suas atividades de repressão em defesa de uma ordem pública mais ou menos legitimada (Mota, 1995).

Em termos de relações entre categorias sociais distintas, foram produzidos diversos trabalhos que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento dessa temática na antropologia. Chamou-se a atenção, por exemplo, para a importância dos mediadores, particularmente em situações de negociação entre esferas distintas de poder, como nos casos de dominação colonial. Um dos problemas centrais, nesse contexto, é justamente o da representatividade e complexidade do papel do mediador, dadas as dificuldades de se estabelecer os critérios e valores de sua inserção em um sistema com dois pólos hierárquicos (Gluckman, 1968).

Em outras situações, a atuação do *mediador* está diretamente relacionada

à *coexistência de múltiplos níveis de cultura*, isto é, à convivência com valores, normas e princípios contraditórios de interpretação da realidade. Sua força como negociador é proporcional à diferença e mesmo às contradições entre as diversas “culturas políticas” mediadas, atuando ora como *intérprete* de diferentes níveis culturais, ora como *mediador*, solucionando conflitos de grupos das mais diferentes naturezas. O mediador atua também como *broker*, empreendendo tarefas, supervisionando atividades de contato e caracterizando-se pela capacidade de “falar” muitas línguas, manipulando com habilidade os múltiplos códigos político-culturais dos grupos que acionam a sua atuação (Friedrich, 1968).

O papel de mediador, por outro lado, expressaria também, em muitos casos, a predominância da lógica das *relações pessoais* (Leeds, 1978). O modelo básico é o de dois indivíduos assumindo um contrato pessoal (nem sempre explícito) de troca e ajuda mútuas, geralmente ao largo do contexto institucional. Uma de suas manifestações correntes é a “*patron-client relationship*”, ou, simplesmente, as diversas formas de clientelismo, que se caracterizam pela tendência de interferirem nas instituições formais da sociedade.

No quadro das “*patron-client relationships*”, e das relações verticais em geral, há um campo particularmente favorável à ação do *mediador*, muitas vezes sendo ele próprio ao mesmo tempo patrão e cliente em relação a diferentes grupos. Este é, freqüentemente, o tipo de relação que se estabelece em um contexto de sociedades complexas, caracteristicamente mais heterogêneas. No caso de grupos com fronteiras mais definidas, é comum a presença de um *mediador*, que atua justamente fazendo contato entre esse grupo local e o mundo de fora, transpondo barreiras geográficas e simbólicas (Wolf, 1967).

Assim, com todas as variações de matiz, em uma sociedade complexa, heterogênea e diferenciada, o domínio público é, em princípio, o *locus* da negociação política. Esta envolve valores e interesses específicos, relacionados direta ou indiretamente com a esfera do poder. Sabemos que, de algum modo, toda a vida social, nos mais diferentes níveis, como os que citamos, expressa relações de poder material ou simbólico. Mas na sociedade moderno-contemporânea, particularmente com o desenvolvimento do Estado, constitui-se o domínio da política como um campo específico, no qual agentes mais especializados vão ocupar posições estratégicas nesse processo amplo de negociação e interação dos diversos grupos e atores. A passagem entre domínios pode não ser tão ritualizada como em alguns dos exemplos anteriormente mencionados, mas implica também o cruzamento de fronteiras significativas.

Como já foi dito, certos indivíduos, em contextos sociais específicos, exercem mais plenamente que outros o seu potencial de metamorfose, que vai muito além de uma simples e rotineira troca de papéis. Isso aparece de modo evidente em determinadas situações de mediação. Em estudo anterior, no Rio de Janeiro, observou-se que o vereador – político eleito para o Legislativo municipal – desempenha, na maior parte do seu tempo, esse papel-chave dentro de uma sociedade complexa (Kuschnir, 1993).

O vereador é personagem central de uma ampla e diferenciada rede de relações, constituída por diversos grupos e numerosos indivíduos. Essas redes de relações podem ser classificadas em três eixos distintos, sendo que cada um corresponde a um tipo de interação e atuação específico. Grosso modo, esses eixos seriam o da relação do vereador com a população em geral da cidade (eleitores em potencial), com outros vereadores da mesma Legislatura e com o Poder Público, mais especialmente, com o Executivo municipal. Mediante casos observados em pesquisa, analisaremos a posição do vereador enquanto mediador.

Por exemplo, o vereador chega à Câmara Municipal e é informado de que várias pessoas o aguardam. Trata-se de uma situação de rotina. Muitos dos que o esperam não o conhecem pessoalmente, mas vão ao seu gabinete com uma certa imagem de político e, principalmente, com a expectativa de que o encontro gere uma solução ou, como muitos dizem, que o vereador lhes aponte um “caminho” para a resolução de seu problema pessoal ou do grupo que estão representando. No início do encontro, o “cliente” relata o motivo de sua visita. As dificuldades são das mais variadas ordens: falta d’água, falta de vaga na escola pública, busca de informação, problemas com documentos, processos, projetos dos mais diversos tipos, reivindicações de categorias profissionais etc.

Em um dos casos observados, uma pessoa procurou o vereador com o seguinte problema: a prefeitura estava inspecionando a região do seu e de outros estabelecimentos comerciais para desapropriar a área onde estavam instalados. A situação envolvia não só a própria pessoa, mas vários de seus vizinhos e o Executivo municipal. O “cliente” alegava que todos estavam ali há mais de 15 anos, que viviam do trabalho, que “não eram bandidos”, que “não tinham para onde ir” etc.

O pedido do “cliente” invoca um problema prático, financeiro, mas, sobretudo, expressa um *drama* que perpassa todas as esferas da existência de um grupo de pessoas. Estão em risco suas moradias, histórias, identidades, sobrevivência e dignidade. A solução ou “caminho” – que se espera que o vereador indique – deve dar respostas a todos esses problemas. Nesse momento, o vereador estabelece uma

relação de cumplicidade com o “cliente”, demonstrando entendimento e compreensão. Usa palavras gentis, amigas, de incentivo à “catarse” do visitante, colocando-se como ouvinte atento e, principalmente, revelando-se *sensível* ao que está sendo dito.

Depois que a pessoa termina de expor seus problemas, o vereador deixa a posição de ouvinte passivo para tornar-se agente ativo diante da questão relatada. Em geral, o vereador faz perguntas práticas sobre a situação, cujos detalhes te-riam ficado submergidos no relato do drama pessoal. Retomando o exemplo da desapropriação, surgem perguntas sobre tempo de residência, certidões, dimensões da área, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), instituições envolvidas, processos judiciais etc. A conversa muda de tom e a situação, de uma série confusa de problemas, transforma-se em um conjunto de questões organizadas. O político domestica o problema através de um discurso burocrático-administrativo, organizando-o sob uma *nova lógica*.

O vereador procura, então, conciliar os pontos de vista dos comerciantes e do Poder Público, incorporando e descartando o que julga necessário. Não se trata de aplicar uma lógica burocrática, como a do órgão público que cuida da questão. No caso citado, sua opção é claramente a de privilegiar o problema da moradia. Explica que nada poderá fazer caso a desapropriação seja realmente necessária, mas indica que há possibilidade, por exemplo, de aumentar as indenizações propostas invocando detalhes que julga não estarem sendo considerados. Caso a desapropriação seja inevitável, sua preocupação maior é com o destino dos despejados e a futura localização de seus negócios. O vereador tinha conhecimento de uma boa área que estava sendo urbanizada e que poderia servir para a reinstalação dos desapropriados. Após uma breve avaliação, o vereador sugere tarefas para as pessoas afetadas, como providenciar documentos que estejam faltando. Ele próprio propõe-se a “ver o projeto sobre isso que está tramitando na Câmara” ou “mandar um ofício pedindo informações na Secretaria tal”. Na maior parte das vezes, os dois marcam um novo encontro.

Situações como esta acontecem às dezenas em um dia de trabalho comum de um político. Isso é o que alimenta sua sensibilidade para desempenhar tanto o papel de ouvinte quando o de indicador de “caminhos”.² É um exercício cotidiano, de saber ouvir, perguntar, propor. É importante notar que durante o encontro, não só a questão, como a própria realidade vivida são *redefinidas* pelo político/mediador. Seus comentários alentam o interlocutor, sugerindo-lhe novas maneiras de ver a questão, mais otimistas ou pessimistas, mas, fundamentalmente, de *outro ângulo*, incorporando novos dados e pontos de vista.

Como vimos, o encontro não termina com a saída da pessoa que relata o seu

caso. A implementação das tarefas prometidas vai levar o vereador a desempenhar outros papéis. Por exemplo, a sua atuação na Câmara Municipal exige o convívio com um universo social com rituais e regras específicos. A interação com seus pares é, inevitavelmente, muito diferente daquela que o vereador tem com o eleitor. A relação implica negociação permanente e maior equilíbrio nas posições das partes envolvidas. Especialmente no Plenário existem regras formais de tratamento, de organização do tempo e do espaço, que imprimem um princípio de igualdade formal entre os participantes da negociação. O tom da conversa, os gestos e o conteúdo do que se fala obedecem a uma etiqueta própria. Com seus pares, o vereador desenvolverá relações de aliança ou conflito, dependendo das filiações partidárias, temas e conjuntura. De qualquer forma serão, sobretudo, relações de *competição* por prestígio, popularidade e, crucialmente, por votos. O acesso ao Executivo e a possibilidade de resolver os problemas dos eleitores vão colocá-los, constantemente, como rivais, mesmo sendo do mesmo partido ou coligação. Certamente, o político estará desempenhando seu papel em contextos muito diferenciados, exigindo uma plasticidade de atitudes e comportamentos. Isto é confirmado no relacionamento com o Executivo, com o qual poderá ter relações de hostilidade ou aliança. Ser ligado ao governo facilita, em princípio, o encaminhamento das questões de seus “clientes”. Mas como o governo, em qualquer nível, é sempre heterogêneo e complexo, mesmo os políticos de oposição terão seu espaço para negociar e mediar. De qualquer forma, a sua atividade política estará sempre se caracterizando por um permanente trânsito entre contextos e domínios distintos.

Assim, o político transita por entre seus eleitores/clientes e o mundo oficial do Legislativo, Executivo e Judiciário. Agiliza processos, abre portas, estabelece pontes. Entra nas repartições públicas onde tem conhecidos, amigos e, possivelmente, eleitores e clientes. Guarda e transmite informações que constituem um de seus mais valiosos patrimônios. Tem relações na imprensa, conhece comerciantes e empresários, gerentes de bancos e mesmo banqueiros. Evidentemente este capital social variará de acordo com as trajetórias individuais. São redes de troca e reciprocidade que envolvem bens materiais e valores muito diversificados. Aí se desenvolve também a nebulosa dimensão do chamado “tráfico de influências” que, constantemente, polui a imagem do político. É a área onde suborno, propinas e pressões de todos os tipos aparecem. Os limites do legal, do legítimo e do ético confundem-se amiúde com as conhecidas acusações de fisiologismo e corrupção.

Nem todos se movimentam com a mesma competência e agilidade em todas as áreas. A capacidade de adaptar-se e desempenhar diferentes papéis em províncias de significado específicas apresenta inevitáveis diferenças. O sucesso maior ou

menor do político dependerá em grande parte de sua habilidade como *broker*. A atuação no Plenário e nas Comissões do Legislativo é, obviamente, importante. Mas o seu trânsito junto aos eleitores, particularmente no caso das camadas populares, dependerá, de modo crucial, de sua capacidade de fazer favores, estabelecer contatos, prestar serviços, trazer informações e, em geral, de *dialogar*. A assistência e a ida freqüente aos bairros ou organizações onde o seu eleitorado se concentra e a presença constante na imprensa em defesa dos interesses de seus “clientes” também fazem parte do repertório do político. Isto é particularmente importante devido à falência de serviços e agências públicas em atender às necessidades básicas da população, especialmente dos setores de baixa renda.

A atividade do vereador permite observar com maior clareza o exercício cotidiano da mediação e do potencial de metamorfose, ambos vividos com particular intensidade. Ao lidar, comunicar-se e interagir diariamente com universos sociais regidos por lógicas e visões de mundo distintas, o político busca interpretá-los e estabelecer pontes. O fato de fazê-lo sempre, como ofício, diferencia sua atividade daquela de outros mediadores eventuais, o que também reforça o seu domínio e habilidade para a mediação. Por outro lado, não se trata apenas de “traduzir” linguagens. Quando o vereador deixa a posição de ouvinte e passa a falar e propor soluções, ele transforma os termos do discurso daquele que lhe procura, como vimos no exemplo citado. O político não é apenas um canal inócuo, mas um processador das diversas lógicas envolvidas, que sintetiza e elabora pontos de vista, criando soluções e projetando-as em ações eficazes.

O político bem-sucedido, portanto, é um negociador da realidade, interpretando-a, remontando-a, funcionando como tradutor-intérprete de códigos diferentes. Realiza também um trabalho de “*bricolage*”, juntando fragmentos e pedaços de mundos diferentes, agregando-os para novas finalidades. Aliás, a relação entre mediação e *bricolage* parece ser bastante estreita. Assim, o mediador não só negocia, como cria novas realidades, a partir de seu trânsito por diferentes domínios. O potencial de metamorfose do político, sua habilidade para transitar em mundos e províncias de significado com alterações drásticas de papéis e da própria apresentação do *self*, constituem a base de uma identidade dinâmica e complexa do mediador. Essa atividade, obviamente, assume feições próprias conforme o maior ou menor grau de abertura do sistema político e das expectativas culturais dominantes.

O político, assim, apresenta-se como um especialista em mudança de papéis. Em outros termos, poder-se-ia dizer que o seu papel principal acaba sendo, paradoxalmente, o daquele que vive permanentemente transitando entre mundos e domínios por papéis diferentes. Sua identidade, por intermédio desse conjunto de

atividades, em vários planos e dimensões socioculturais, ilustra, com particular vigor, as características mais gerais de uma sociedade complexa, heterogênea, multifacetada, em permanente processo de construção.

Finalmente, cabe enfatizar que os mediadores, em princípio, são importantes agentes de mudança da organização social, nos termos de Raymond Firth (1951). A partir do cotidiano, de decisões e ações localizadas, de alterações e invenção de papéis sociais, desenvolvem projetos, criam novos espaços, inovam e redefinem situações. Em sociedades onde individualismo e holismo aparecem em combinações híbridas, o mediador, por todas as suas características, expressa dramaticamente as tensões e conflitos entre essas visões de mundo.

Nota

¹ Este capítulo foi publicado originalmente na revista *Mana: estudos de antropologia social*, vol. 2, nº 1, abril de 1996, p. 97-107.

² É interessante lembrar que na umbanda existe a expressão “abrir caminhos”, que é uma das principais motivações para que as pessoas procurem terreiros e pais-de-santos em momentos de dificuldade.

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília, Universidade de Brasília, 1987 [1965].
- BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- CABRAL, Sérgio. *No tempo de Ari Barroso*. Rio de Janeiro: Lumiar, 1993.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CASTRO, Mônica M. M. “Eleições: quem decide o quê. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, 1992, p. 7-20.
- COSTA, Maria Cecília Solheid. *Os caminhos da Casa*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/PPGAS, 1980. Dissertação de mestrado.
- CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.
- _____. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- DCM – Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ano XVI, Suplemento ao nº 49, março de 1992.
- DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982a.
- _____. “Clientelismo Urbano. Ressuscitando um antigo fantasma?”. *VI Encontro Anual Anpocs*, 1982b.
- ELIADE, Mircea. *Le chamanisme et les techniques archaïques de l’extase*. Paris: Payot, 1968.

- ENNE, Ana Lúcia. *Umbanda e assistencialismo: um estudo sobre representação e identidade em uma instituição na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1995. Dissertação de mestrado.
- EPSTEIN, A. L. "The Network and Urban Social Organization". In: MITCHELL, J. C. (ed.). *Social Networks in Urban Situations*. Manchester: Manchester University Press, 1969.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978 [1940].
- FIGUEIREDO, Marcus. "Teorias axiomáticas e empiria". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, 1992, p. 24-25.
- FIRTH, Raymond. *Elements of Social Organization*. London: Watts, 1951.
- FOOTE WHYTE, William. *Street Corner Society: the social structure of an italian slum*. Chicago: University of Chicago Press, 1973 [1943].
- FREIRE, Américo. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- FREIRE, Américo e SARMENTO, Carlos Eduardo. "Entre o móvel e a duração: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969)". *Estudos Históricos*, nº 24, 1999, p. 295-322.
- FRIEDRICH, Paul. "The Political Middleman". In: SWARTZ, M. J. (ed.). *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine, 1968, p. 199-204.
- FRY, Peter H. e HOWE, Gary N. "Duas respostas à aflição: umbanda e pentecostalismo". *Debate e Crítica*, nº 6, 1975, p. 75-94.
- GEERTZ, Clifford. *Negara: o estado teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1980.
- _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GLUCKMAN, Max. "Inter-hierarchical Roles: professional and party ethics in tribal areas in south and central Africa". In: SWARTZ, M. J. (org.). *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine, 1968.
- GOFFMAN, Erwin. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975 [1959].
- IANNI, Francis A. J. & IANNI, Elizabeth Reuss. *A Family Business: kinship and social control in organized crime*. New York: Mentor, New American Library, 1973.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. "A Eleição Presidencial de 1989: o comportamento eleitoral de uma cidade brasileira". *Dados*, Rio de Janeiro, v. 35, nº 1, 1992, p. 44-66.

- KUSCHNIR, Karina. *Política e mediação cultural: um estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993b. Dissertação de mestrado.
- _____. "Bakhtin, Ginzburg e a cultura popular". *Cadernos de Campo*, nº 3, 1993b, p. 76-88.
- _____. *Política e sociabilidade: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998. Tese de doutorado.
- _____. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- KUSCHNIR, Karina, e PIQUET-CARNEIRO, Leandro. "As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política". *Estudos Históricos*, nº 24, 2º semestre de 1999, p. 227-250.
- LANDÉ, Carl H. "Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism". In: SCHMIDT, Steffen W. et al. (eds.). *Friends, Followers, and Factions*. University of California Press, 1977, p. xiii-xxxvii.
- LE GOFF, Jacques. "Memória". In: *Enciclopédia Enaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, v. 1, Memória/História.
- LEEDS, Anthony. "Carreiras Brasileiras e Estrutura Social: uma história de caso e um modelo". In: LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 55-85.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "O princípio da reciprocidade". In: *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982 [1947], p. 92-107.
- MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, v. II, 1974 [1924], p. 37-184.
- MORAES, Evaristo de. *Reminiscências de um Rábula Criminalista*. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Briguier, 1989.
- MOTA, Paula Poncioni. *A polícia e os pobres: representações sociais e práticas em delegacias de polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, UFRJ, 1995. Dissertação de mestrado.
- MOTTA, Marli Silva da. "Verso e reverso da política carioca: o lacerdismo e o chaguismo". *Estudos Históricos*, nº 24, 1999, p. 351-376.
- NEVES, Margarida. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins/Governo do Brasil, 1991.
- NICOLAU, Jairo Marconi. "O sistema eleitoral brasileiro: a questão da proporcionalidade da representação política e seus determinantes". In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (org.). *Sistema Eleitoral Brasileiro: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/

- Iuperj, 1991.
- _____. *Sistemas eleitorais: uma introdução*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- NORA, Pierre. *Le Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
- PALMEIRA, Moacir. “Política, Fação e Compromisso: alguns significados do voto”. *Encontro de Ciências Sociais do Nordeste*, Salvador, CRH/Finep/CNPq/ANPOCS, 1991, v. 1, p. 111-30.
- _____. “Voto: racionalidade ou significado?”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, 1992, p. 26-30
- _____. (coord.) “Uma antropologia da política: rituais, representações e violência – Projeto de Pesquisa”, *Cadernos do NuAP*, 1. Rio de Janeiro: NAU, 1998.
- PEIRANO, Mariza. “Antropologia política, ciência política e antropologia da política”. In: *Três Ensaios Breves*. Brasília: Departamento de Antropologia, UnB, *Série Antropologia*, nº 230, 1998, p. 17-29.
- PITKIN, Hanna F. *The Concept of Representation*. Berkeley & L.A.: University of California Press, 1967.
- ROUGET, Gilbert. *La Musique et la Transe*. Paris: Gallimard, 1980.
- SANTOS, Wanderley G. “Paradoxos do voto”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, 1992, p. 21-23.
- SCHUTZ, Alfred. *Collected Papers*. The Hague: Martius Nijhoff, 1970-1971, 3 v.
- _____. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SIMMEL, Georg. “La ampliación de los grupos y la formación de la individualidad”. In: *Sociología: Estudios sobre las formas de socialización*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1939 [1908], v. II.
- _____. *The Sociology of Georg Simmel*. In: WOLFF, Kurt H. (org.). New York: The Free Press, 1964.
- _____. *On Individuality and Social Forms*. In: LEVINE, Donald (org.). Chicago: The University of Chicago Press, 1971.
- _____. “A Metrópole e a Vida Mental”. In: *O Fenômeno Urbano*. VELHO, Otávio (org.). Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 [1902].
- VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. “Unidade e Fragmentação em Sociedades Complexas”. In: VELHO, G. & VELHO, O. *Duas Conferências*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992, p. 13-46.

- _____. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- VELHO, Gilberto, e KUSCHNIR, Karina. “Mediação e metamorfose”. *Mana: estudos de antropologia social*, v. 2, nº 1, abril, 1996, p. 97-107.
- WOLF, Eric C. “Levels of Communal Relations”. In: M. Nash (org.). *Handbook of Middle American Indians*. Austin: University of Texas Press, 1967, v. 6, p. 299-316.

Impresso pela gráfica Lidador.
Segunda quinzena de outubro de 2000.